



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONJUNTA - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / TURISMO E DESPORTO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1642/11	DATA: 18/10/2011
INÍCIO: 15h27min	TÉRMINO: 17h32min	DURAÇÃO: 03h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h36min	PÁGINAS: 81	QUARTOS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ORLANDO SILVA - Ministro de Estado do Esporte.

SUMÁRIO: Debate sobre os seguintes temas do âmbito do Ministério do Esporte: *notícias veiculadas pela imprensa relativas ao Programa Segundo Tempo, mediante iniciativa do próprio Ministro do Esporte, Orlando Silva; investimentos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014; atualização da Matriz de Responsabilidades, relacionada à Copa do Mundo de 2014; e esclarecimentos sobre o Sistema de Monitoramento da Copa de 2014.*

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência conjuntas das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Turismo e Desporto.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve manifestações no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com a participação da Comissão de Turismo e Desporto, para tratar dos seguintes temas do âmbito do Ministério do Esporte: notícias veiculadas pela imprensa relativas ao Programa Segundo Tempo, mediante iniciativa do próprio Ministro do Esporte, Orlando Silva; investimentos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014; atualização da Matriz de Responsabilidades, relacionada à Copa do Mundo de 2014; e esclarecimentos sobre o Sistema de Monitoramento da Copa de 2014 (Requerimento nº 104/11).

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Por favor, silêncio no recinto. Não estou conseguindo nem me ouvir.

Trata-se de assuntos referentes ao Requerimento nº 104/11, da CFFC, apresentado pelo Deputado Vaz de Lima, e ao Requerimento nº 184/11, da CFFC, apresentado pelos Deputados Vanderlei Macris e Fernando Francischini, aprovados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Passamos à composição da Mesa. Ao meu lado direito já se encontra o Ministro Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte; ao meu lado esquerdo, o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Jonas Donizette, e o Líder do PCdoB, Deputado Osmar Júnior.

Ministro Orlando Silva, quero agradecer-lhe a presença, pois espontaneamente se dispôs a comparecer perante este colegiado para prestar esclarecimentos sobre o Programa Segundo Tempo. Agradeço também, Sr. Ministro, por sua compreensão em também atender, nesta mesma oportunidade, aos requerimentos de audiência pública já aprovados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, uma vez que a sua presença para tratar desses assuntos estava previamente agendada para o próximo dia 8 de novembro.

Antes de passar às orientações da reunião, gostaria de conceder a palavra ao Deputado Jonas Donizette, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, e ao Líder do PCdoB, Deputado Osmar Júnior, para as saudações iniciais.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Jonas Donizette.



O SR. DEPUTADO JONAS DONIZETTE - Muito boa tarde a todos, Deputadas e Deputados.

Sr. Ministro Orlando Silva, Sr. Deputado Osmar Júnior, Líder do PCdoB, esta Presidência quer apenas referendar regimentalmente esta nossa reunião no art. 219, inciso II, do nosso Regimento, que fala do comparecimento de Ministro de Estado à Câmara ou suas Comissões: *“por sua iniciativa, mediante entendimentos com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de seu Ministério”*.

A Presidência da Comissão de Turismo e Desporto considera de extrema importância esta reunião. Ela foi solicitada, ainda no final de semana, pelo próprio Ministro Orlando Silva. Hoje fizemos a instalação da Comissão Especial que vai analisar o projeto da Lei Geral da Copa de 2014, que tem como Presidente o Deputado Renan Filho. Estava marcado o início dos trabalhos para hoje, mas esta Presidência acha de suma importância o esclarecimento de todos esses assuntos.

E registro o agradecimento ao Ministro Orlando Silva por ter-se disposto, como disse já no início, ao comparecimento diante da Comissão de Turismo e Desporto e também da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Acho que é uma boa oportunidade para que possamos dirimir qualquer tipo de dúvida com os esclarecimentos que sejam necessários.

Por hora é só, na minha fala de abertura. Depois, durante o debate, nós vamos fazendo os encaminhamentos.

Restituo a palavra ao Deputado Sérgio Brito, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra ao Deputado Silvio Costa, Presidente da Comissão de Trabalho.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quero só esclarecer a todos os senhores que, ainda no final de semana, o Ministro Orlando Silva ligou para este Deputado, enquanto Presidente da Comissão de Trabalho, também se colocando à disposição para qualquer esclarecimento à Comissão de Trabalho.

Então, quero parabenizar V.Exa., Sr. Ministro, por essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Com a palavra o Deputado Osmar Júnior.



O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Sr. Presidente, Deputado Sérgio Brito, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Deputado Jonas Donizette, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto; meu caro Presidente da Comissão de Trabalho; Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, registrar o gesto do Ministro Orlando Silva, que, estando na cidade de Guadalajara, no México, representando o nosso País na abertura dos Jogos Pan-Americanos, ao saber da veiculação de matérias que acusavam a sua pessoa e a atuação do Ministério, prontamente entrou em contato conosco e com os Presidentes das Comissões, buscando realizar esta reunião, para que, aqui na Câmara dos Deputados, assim como depois no Senado, pudesse esclarecer os fatos constantes daquela matéria.

Sr. Ministro Orlando, como seu companheiro de partido, eu o conheço, sei da sua trajetória, sei dos seus compromissos com a luta transformadora do Brasil. E isso já nos une nessa batalha há muito tempo. Agora, com este seu gesto, aumenta a minha admiração por V.Exa. Como homem público, V.Exa. demonstra que não tem medo de esclarecer aquelas acusações que foram feitas na mídia durante o final de semana. Quem pede para vir ao Congresso Nacional, quem pede que a Polícia Federal seja acionada para investigar, quem vai ao Ministério Público pedir que seja instaurado o processo investigatório sobre aquelas acusações, quem faz isso não tem medo do que vai ser encontrado.

Por isso, como brasileiro, fico orgulhoso de contar, nos quadros do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, com um homem com a sua coragem, com a sua competência e com o seu compromisso com o Brasil.

Quero agradecer a todos a presença, Deputadas e Deputados, especialmente aos Líderes. Destaco o Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, e o Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB. Na pessoa de S.Exas., quero cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados, especialmente os Líderes de bancada nesta Casa.

Espero que esta reunião transcorra num clima de profundo debate e que esclareça essa parte triste da vida brasileira, este momento em que pessoas são injustamente acusadas, como o que considero que foi feito com o Ministro Orlando Silva.



Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade de fazer essa saudação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado, Deputado Osmar Júnior.

Antes de dar início às exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

O tempo reservado para o convidado é de 40 minutos, podendo ser prorrogado por mais 20 minutos, por deliberação do Plenário da Comissão, só sendo permitidos apartes durante a prorrogação.

A palavra será dada aos autores dos requerimentos e aos membros das Comissões, respeitada a ordem de inscrição, pelo prazo de 3 minutos, dispondo o Ministro do mesmo tempo para a resposta.

Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos, improrrogáveis.

Nesta reunião haverá quantidade expressiva de oradores, de forma que peço a todos compreensão no sentido do cumprimento dos prazos estabelecidos.

Com a palavra o Sr. Ministro Orlando Silva.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Presidente Sérgio Brito, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; ao Presidente Silvio Costa, da Comissão de Trabalho; e, particularmente, ao Presidente Jonas Donizette, da Comissão de Turismo e Desporto, a minha Comissão mais afim, a minha Comissão Permanente.

Aproveito a oportunidade para saudar pela presença aqui o Líder do meu partido, o PCdoB, Osmar Júnior. Também vejo daqui o Líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, e o Líder do PT, Paulo Teixeira.

Ao saudá-los, com o risco de não cumprir adequadamente o protocolo que chegou às minhas mãos, quero cumprimentar todos os Líderes, todos os Parlamentares.

Vejo daqui dois ilustres Deputados que hoje exercem mandato no Senado Federal, os meus companheiros Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin.

E cumprimento, portanto, todos os que acompanham esta reunião.



Primeiro, quero fazer um agradecimento, de público, ao três Presidentes das Comissões, que atenderam a um apelo que fiz, no sábado, através do Líder Osmar Júnior e do Líder Cândido Vaccarezza, para que, no prazo mais breve possível, pudéssemos ter um encontro com o Congresso Nacional, porque entendo que este é o lugar adequado para que Ministros de Estado se manifestem, apresentem políticas públicas e esclareçam toda e qualquer dúvida que eventualmente exista junto à sociedade quanto à atividade governamental.

Permitam-me, Srs. Presidentes, dizer brevíssimas palavras antes de tratar das calúnias que me foram imputadas.

Queria fazer um registro. Neste plenário há alguns Parlamentares que acompanham, desde 2003, o desenvolvimento de atividades no Ministério do Esporte. À época, o Presidente Lula criou o Ministério, nomeou o primeiro Ministro, Agnelo Queiroz, que fez um trabalho muito importante à frente do Ministério do Esporte até o ano de 2006. E tive a felicidade de sucedê-lo.

Posso dizer o quão importante tem sido para mim — e acredito que para o Brasil também — a experiência de um órgão especificamente voltado para as políticas públicas de esporte, lazer e recreação.

De saída, a criação do Ministério estimulou a criação de Secretarias Estaduais e Municipais. Hoje temos uma rede de gestão pública de políticas de esporte e lazer.

Eu me recordo de que, em abril de 2006, quando assumi o Ministério do Esporte, tínhamos um grande desafio — e a Câmara dos Deputados foi parceira nesse grande desafio —, que era o de realizar os Jogos Pan-Americanos. Em 2007, realizamos os melhores Jogos Pan-Americanos de toda a história. Inclusive porque decidimos, àquela altura, elevar o padrão dos jogos, porque já tínhamos, desde então, o sonho olímpico. E o melhor argumento para sustentar e viabilizar o sonho olímpico era realizar jogos extraordinários. E foi o que fizemos em 2007.

Ainda nesse ano, Presidente Jonas Donizette, tive o privilégio de compor uma bancada brasileira em Zurique, na Suíça, que contava com a presença, entre outros, do Presidente da CBF e do Comitê Organizador da Copa do Mundo, Ricardo Teixeira, bancada essa que apresentou à FIFA, numa sessão histórica, o projeto do Brasil para a Copa de 2014. Era seleta a plateia: nela estavam o Presidente da



República e 13 Governadores de Estado. E tive a felicidade, mais uma vez, de ser parte da história brilhante, incrível, que o nosso País vivia e vive, atraindo a Copa do Mundo de 2014 — mais uma conquista do esporte brasileiro.

Queríamos mais. Buscamos mais. Muitos tinham dúvida quanto à capacidade do Brasil de atrair os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Nunca havia acontecido na América do Sul. Foi uma campanha importante, liderada pelo Presidente da República, pelo Presidente Lula, mas que contou com a participação de muitas personalidades — Pelé, o nosso Rei do Futebol, que teve um papel extraordinário na campanha; Dr. João Havelange, grande personalidade do futebol mundial, a maior de todas elas; e Carlos Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, muito ativo na preparação — e dos Governos: do Prefeito Cesar Maia; depois, do Prefeito Eduardo Paes; da Governadora Rosinha Garotinho; depois, do Governador Sérgio Cabral. E de muitos Ministérios.

E tive o privilégio de coordenar a ação do Governo Federal nessa conquista importante.

Registro isso, Srs. Presidentes, porque são momentos muito importantes da vida brasileira. E o esporte passou a ser uma ferramenta que oferta essas possibilidades.

Recordo-me, no dia da vitória, de ouvir o Presidente Lula afirmar: *“O Brasil hoje carimbou a sua cidadania internacional”*.

Digo isso porque é uma agenda muito importante que o País conquistou, que o País realiza. Eu diria que a agenda, Presidente Jonas Donizette, que seguramente teremos a oportunidade de aprofundar na Comissão, mas também nas demais Comissões Temáticas da Casa, impõe trabalharmos mais naqueles três ciclos de planejamento e trabalho.

O primeiro ciclo de preparação da Copa, que envolve estádios, aeroportos, portos e mobilidade, está em curso. Cerca de cem projetos são desenvolvidos.

O segundo ciclo, que impõe temas como segurança, energia, telecomunicações, sustentabilidade ambiental, terá todo o seu planejamento finalizado até o fim deste ano.

E, a partir de 2013, entraremos na fase final de preparação da Copa, com o ciclo de temas operacionais.



Digo isso porque a Copa do Mundo impõe uma concentração forte, e o Congresso Nacional foi chamado a contribuir mais uma vez, como sempre tem feito. O Congresso já aprovou a lei tributária da Copa do Mundo e espero que, em breve, enfrentando todas as discussões e as polêmicas, possa examinar, discutir e votar a Lei Geral da Copa, documento muito importante. Há um interesse, de todos nós, em que ele seja votado rapidamente, de modo que possa dar segurança jurídica à preparação do Mundial da FIFA.

Sr. Presidente, temos confiança em fazer uma grande Copa em 2014, assim como a preparação das Olimpíadas, que tem, na integração dos três Governos, através da Autoridade Pública Olímpica, uma agenda de trabalho importante que conta no plano federal com a nossa colaboração.

Falo dos grandes eventos, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mas quero dizer que a agenda do Ministério do Esporte vai além disso. Há um esforço enorme — posso falar de 2003 para cá — para enfrentar o déficit de infraestrutura esportiva do Brasil. Aliás, esta Casa talvez seja a principal parceira do Ministério, através de emendas parlamentares, para a ampliação da infraestrutura esportiva do Brasil. As emendas são instrumentos para a construção de equipamentos em escolas, em bairros periféricos, em grandes cidades.

E agradeço mais uma vez pelo trabalho ao Congresso Nacional.

Tivemos a oportunidade de incluir no PAC 2, por determinação da Presidenta Dilma Rousseff, intervenções importantes de infraestrutura: as Praças de Esporte e Cultura, que são filhas diretas das Praças da Juventude que nós criamos no Ministério do Esporte, e as 10 mil intervenções em escolas públicas, o que vai qualificar mais as escolas do Brasil, servirão para enfrentar o déficit de infraestrutura no País.

Mas chamo a atenção para o fato de que a agenda do Ministério inclui também o apoio ao alto rendimento. Creio que esta sessão poderia também celebrar o resultado extraordinário dos atletas brasileiros nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara. Um resultado histórico. Aliás, temos em Guadalajara a maior delegação brasileira, de todos os tempos, que já participou de um evento esportivo internacional. Portanto, há uma evolução muito importante com relação ao alto rendimento, o que significa mais investimentos, mais resultados.



E o Congresso Nacional mais uma vez tem dado contribuição muito importante. Os senhores se recordam da lei votada no primeiro semestre, que oferece instrumentos para o aperfeiçoamento da gestão no esporte de alto rendimento no Brasil. Temos os contratos de gestão, os planejamentos para os ciclos olímpicos, tudo isso apontado pela legislação aprovada nesta Casa.

Temos a Lei do Bolsa Atleta, que criou um programa de apoio direto aos atletas brasileiros. E o Brasil tem hoje o maior programa de apoio direto a atletas de todo o mundo oferecido por um governo. É mais uma conquista do Brasil e do esporte, que passou por esta Casa.

Aliás, 40% da delegação brasileira em Guadalajara é formada por atletas bolsistas. Cito inéditas conquistas recentes: Fabiana Beltrame, campeã mundial de remo, que obteve a primeira conquista mundial do Brasil no remo, é bolsista do Ministério do Esporte; Everton, do boxe olímpico, meu conterrâneo, primeiro medalhista de ouro do boxe olímpico brasileiro num mundial, é bolsista do Ministério do Esporte.

Além desses dois, milhares de outros atletas são beneficiados pela Lei de Incentivo ao Esporte, que os senhores votaram aqui num prazo recorde. Quarenta anos depois de reivindicações da comunidade esportiva, eu tive o privilégio, como Ministro, de encaminhar o projeto a esta Casa, com o Presidente Lula. Em menos de 6 meses, foi votado na Câmara, examinado no Senado e mais uma vez votado na Câmara. E o efeito disso repercute na preparação, no desenvolvimento e no desempenho dos atletas brasileiros. É mais um motivo de satisfação com o trabalho do Congresso Nacional.

Mas a agenda do Ministério vai além. E aí eu me aproximo do tema que nos traz ao debate da tarde de hoje: os programas sociais.

Chegamos em 2003, e não havia escala em programas sociais. O que fizemos foi criar alguns e desenvolver outros programas sociais e esportivos. Criamos o Programa Esporte e Lazer da Cidade, criamos o Programa Segundo Tempo e identificamos um programa muito bem estruturado no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, chamado Pintando a Liberdade, e demos escala maior a esse programa que encontramos na área esportiva do Governo Federal de 2002.



Portanto, o esforço de dar maior alcance aos programas sociais é que motivou a criação dessas iniciativas.

Hoje, o Programa Segundo Tempo é executado em todos os Estados da Federação. Cerca de 2 milhões e meio de crianças e jovens participam regularmente de atividades do Programa Segundo Tempo. Majoritariamente, 90% dos convênios para a implantação do Programa Segundo Tempo se dão através de entes públicos — aliás, esta é uma informação relevante: Prefeituras, Governos Estaduais, universidades federais, majoritariamente, são os parceiros do Programa Segundo Tempo.

Portanto, eu acredito que avanços poderão ser feitos para o aperfeiçoamento desse programa. E chamo atenção para os relatórios dos órgãos de controle. Ano após ano, de 2003 até hoje, tanto o Tribunal de Contas da União quanto a Controladoria-Geral da União têm registrado avanços na qualificação de pessoas, no projeto pedagógico, na fiscalização do programa, na gestão, portanto, da atividade do Segundo Tempo, o que para nós é motivo de muita satisfação.

Chamo a atenção, para concluir, para dois assuntos.

Primeiro, para uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação. Nós estamos convencidos de que o futuro do esporte brasileiro necessariamente passa pela educação. Por isso, depois de um longo processo de debate com o Ministro Fernando Haddad, em 2009, pactuamos uma ação conjunta: Segundo Tempo mais educação. Mil e cem escolas beneficiadas em 2010; perto de 5 mil escolas beneficiadas em 2011. E o nosso objetivo é alcançar o universo do Programa Mais Educação, três vezes maior que essa parceria entre nós e o Ministério da Educação, para oferecer, na escola, o acesso a esporte, lazer e recreação.

E uma segunda e última observação acerca do Programa Segundo Tempo diz respeito à chamada pública. Chegamos à conclusão de que a criação do Ministério e a criação de Secretarias Estaduais e Municipais permitiram ao Brasil constituir uma rede de gestão pública do esporte. Ao longo do tempo essa rede cresceu. Por isso, permanentemente, de 2006 a 2011, no momento presente, reduzimos a participação de entidades não governamentais entre os parceiros do Segundo Tempo, porque já possuíamos uma rede de parceiros públicos. Este ano, no dia 12 de julho de 2011,



organizamos uma chamada pública; publicamos um edital e uma chamada pública para que todos os interessados em ser parceiros do Segundo Tempo ali se inscrevessem. Mais de 2 mil projetos foram apresentados, pouco mais de 600 projetos foram selecionados. E, por uma decisão de gestão, publicamos em setembro de 2011 a lista dos beneficiados; e, por decisão de gestão, nós excluimos entidades não governamentais, porque hoje já possuímos estrutura pública para dar suporte à implantação, à atividade desse programa.

É mais uma inovação no esforço de qualificar, de aumentar a eficiência, de aumentar a eficácia desse programa.

Chamo a atenção dos senhores para a publicação, no final de semana, de uma trama. Uma narrativa foi publicada numa importante revista brasileira e foi republicada, literalmente, por muitos outros órgãos de imprensa.

Chamo a atenção, primeiro, para o fato de que é uma narrativa falsa, uma narrativa fundada em mentiras, uma narrativa fundada em inverdades. Considero grave, considero muito grave, o fato de que acusações que me foram imputadas foram negadas, rejeitadas peremptoriamente àquele veículo de comunicação. Mas, ainda assim, as falsidades foram publicadas.

Registro isso porque não foram poucas as vezes em que, quando acusados, nós afirmamos claramente que eram falsas as acusações e que tomaríamos medidas judiciais para repor a verdade, caso aquelas falsidades fossem perpetradas.

Segundo: quem faz a agressão? Eu queria sugerir aos Srs. Parlamentares que procurassem informação sobre quem ataca, sobre quem faz a agressão. Trata-se de um desqualificado, trata-se de um criminoso, trata-se de uma pessoa que foi presa, trata-se portanto de uma fonte bandida.

Os convênios que orientaram toda essa polêmica, todo esse processo, surgiram em 2005 — o primeiro em 2005, o segundo em 2006. Eu era Secretário-Executivo. Atendi a um dirigente, o João Dias, dirigente de uma entidade esportiva, que apresentou uma entidade e um projeto social, numa região periférica de Brasília. Uma nova entidade, em 2006, apresentou-se, inspirando-se nos ideais do Segundo Tempo, um novo projeto.



Convênios foram assinados em 2006 e 2007, particularmente em 2007. As etapas do treinamento de pessoal, da licitação para a compra de materiais esportivos, alimentação e uniformes, todas as etapas preliminares deveriam ter sido concluídas. A partir de 2007, iniciamos o trabalho de fiscalização, acompanhamento e cobrança da implantação, em 2006 e 2007, desses convênios.

Qual não foi a nossa surpresa quando a fiscalização apontou que não estava sendo cumprido aquele que era o objeto do convênio. O devido processo administrativo determina que é preciso dar audiência à parte. O que nós fizemos? Autorizamos as diligências, para colher as informações, as justificativas. E, sistematicamente, havia pedidos protelatórios, de adiamento de entrega de dados, de informações, e, finalmente, de adiamento da prestação de contas.

Não nos restou alternativa se não executar o convênio. E, desde o ano de 2008, o Ministério do Esporte atua para ter devolvidos aos cofres públicos os recursos outrora repassados àquelas entidades.

Portanto, eu acredito que é importante registrar que, diferentemente do que se publica, a atitude que nós temos, desde 2008, é a de combater o malfeito. Desde 2008, quando exigimos a devolução do dinheiro público, queremos combater o desvio do dinheiro público. Quem combate a corrupção é o Ministério do Esporte, quando exige que o dinheiro repassado e não aplicado seja devolvido aos cofres públicos.

Por isso, eu quero, de saída, reafirmar o compromisso, a determinação que dei à minha equipe, à equipe do Ministério, de não só fiscalizar, de não só exigir a adequada prestação de contas, mas também de exigir a devolução do recurso público, que chegou, em última instância, à tomada de contas especial junto ao Tribunal de Contas da União, desde o ano passado. E não interessa qual é a entidade, qual é a representação, qual é a vinculação que exista. Este é o procedimento padrão que executamos no Ministério do Esporte: fazemos a fiscalização, fazemos o acompanhamento; se há imprecisão, é exigida a devolução; e, ao final, conclui-se a prestação de contas.

Digo isso porque, nesse processo, houve a revelação por parte dessa pessoa, que chegou a fazer insinuações. Havia notícia de ilações que fazia, até mesmo insinuações de denúncias que poderia fazer. Qual foi a nossa atitude, sempre? Se



há o que denunciar, que o faça. Que procure o Ministério Público, que procure a polícia, que procure a Justiça, que procure a imprensa. Faça. E prove o que diz. Até aqui, esse desqualificado falou e não provou. Não provou porque não tem provas. Quem tem provas do malfeito por ele sou eu. E estão aqui (*palmas prolongadas*), nos autos do processo que nós instauramos, de tomada de contas especial. Aqui estão as provas da má utilização de recursos. Aqui estão as provas do desvio de recursos. E foram essas provas que nos fizeram exigir a devolução do recurso público.

Eu digo isso porque considero muito graves — muito graves — algumas afirmações. Aliás, eu as li em jornais hoje. O que se dizia era o seguinte: *“Não importa a apuração, não importa o processo. O que importa é que há uma denúncia”*.

Eu me lembrei do Tribunal de Nuremberg. Eu me lembrei de uma manifestação, de uma triste frase dita no Brasil: *“Às favas com os escrúpulos”*.

É tribunal de exceção. Acusar alguém e não provar, acusar alguém sem o devido processo é tribunal de exceção. Isso tangencia o fascismo, isso tangencia o autoritarismo.

Há quem diga: *“Mas o Ministro pode se defender na Justiça. Trata-se de um processo político”*. Mas o processo político tem que ter racionalidade, sob pena de instaurarmos no Brasil uma Inquisição moderna, que nega a racionalidade. A antiga Inquisição levou à fogueira Galileu Galilei, porque ele argumentava, sustentava racionalmente, que a Terra girava em torno do Sol. Estamos diante disso? Não há racionalidade no processo político? Tudo tem limite. Até na guerra existe limite, existe regra, existe convenção. Na luta política também tem que haver limite, seja no Parlamento, seja entre os partidos, seja entre órgãos de imprensa que participam do debate público e político no País. Tudo tem limite.

Por isso é que eu quero rechaçar a publicação de informações que são falsas, a publicação de informações que não têm consistência e a atitude de quem acha que importa pouco se vai haver processo, se vai haver avaliação, se vai haver apuração. Para nós, importa muito.

Acredito, inclusive, que a manifestação desse senhor, dessa pessoa, desse delinquente, é a reação por um interesse ferido. Pesquisem sobre esse personagem.



Vão saber que se trata, hoje, de uma pessoa que responde a inquéritos policiais. O Ministério Público impetra ação penal, que talvez esteja em fase final de julgamento e de decisão. Por isso, eu creio que é importante que os senhores atentem para o perfil de quem denuncia, porque reage pelo interesse ferido.

Nós não vamos recuar. Ao contrário: vou procurar o Ministério Público, vou procurar o TCU e pedir que acelere a votação da tomada de contas especial e acelere a execução da decisão judicial que vai emanar de lá.

Presidente, estou concluindo. Quero dizer que desde ontem tomei algumas decisões. Está aqui a cópia de um expediente que eu encaminhei ao Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, a quem compete a direção da Polícia Federal do Brasil, em que solicitei que fosse aberto inquérito na Polícia Federal para apurar tudo o que está registrado naquela revista. E, no próprio requerimento, já coloquei à disposição o meu sigilo fiscal, o meu sigilo bancário, o meu sigilo telefônico. Está tudo aberto para quem queira saber qual é a minha vida, porque eu sei qual é a minha vida, eu sei qual é o meu compromisso ético.

Da mesma maneira, fiz questão de impetrar um pedido, em nome do Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, solicitando ao Ministério Público a abertura de apuração para desnudar tudo o que está escrito naquela reportagem. Interessa-me que o Ministério Público, como órgão independente, como Poder autônomo, possa apurar a farsa que foi montada e publicada a partir de depoimentos falaciosos desse senhor.

Encaminhei no mesmo dia, ontem, na mesma hora, na primeira hora, um pedido de audiência ao Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, para apresentar em audiência todas as minhas razões e desmascarar, mais uma vez, a farsa que se tem tentado impetrar contra mim.

Os Parlamentares que me acompanham talvez estejam percebendo — e me perdoe, Presidente Jonas Donizette — um tom a mais. É porque é grande a minha indignação. Eu diria que a minha indignação beira a revolta. Não se pode macular a vida de uma pessoa a partir de uma mentira apresentada por um farsante. Por isso, a minha decisão, reafirmo, é ir à última consequência, é impetrar ações penais por calúnia, é impetrar ações civis por danos morais contra os detratores, de modo que eu possa mostrar à sociedade brasileira e aos senhores desta Casa — interessa-me



muito mostrar aos senhores desta Casa — o meu compromisso, a minha conduta ética, o meu compromisso com o Brasil.

Então, eu queria dizer aos senhores que essa é a minha visão do processo. Se me permitem dizer uma palavra, sou Ministro de Estado, mas sou dirigente político, sou dirigente do Partido Comunista do Brasil, do PCdoB, fato que me orgulha muito. Os senhores sabem que o meu partido tem quase 90 anos de idade. Quem conhece a história política do Brasil sabe qual é a trajetória política do PCdoB: um partido que sempre teve lado, um partido que não se dobrou nos momentos mais duros e difíceis da vida brasileira. E creio que é uma irresponsabilidade a segunda acusação: de esquema eleitoral para beneficiar o meu partido. Isso é um absurdo, é uma farsa, é uma mentira. Creio que é uma ameaça grave à democracia, porque tenta desqualificar um partido, com a história que tem. E é parte da estratégia de desqualificar os partidos, de desqualificar a política. Por isso, ainda que não tenha procuração do meu Presidente, Renato Rabelo, que está aqui presente, eu quero rechaçar essa segunda falácia, de que há qualquer tipo de esquema para benefício de um partido político. Até porque a relação orientada pelo Governo da Presidenta Dilma é a republicana, é a de atender independentemente de partido, independentemente de quem seja o dirigente: de uma Prefeitura, de um Estado. E creio que esse é o trabalho que procuramos realizar ao longo do comando do Ministério do Esporte.

Eu queria pedir perdão ao Presidente Sérgio Brito por ter passado um pouquinho do tempo que me havia outorgado e agradecer, uma vez mais, a atenção a todos os Srs. Parlamentares.

Muito obrigado. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao Ministro Orlando Silva a exposição.

Passamos agora ao debate.

Com a palavra, por 5 minutos, o autor do requerimento de realização desta reunião, Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Muito obrigado, Excelência.



Srs. Deputados, integrantes da Mesa, Sr. Ministro, eu sou de fato autor de um dos requerimentos, o mais antigo aprovado, que diz respeito à questão da Matriz de Responsabilidades da Copa de 2014.

No entanto, Sr. Ministro, esses fatos supervenientes me fazem encaminhar a V.Exa. os meus questionamentos por escrito. E me daria por satisfeito se V.Exa. respondesse também à Comissão por escrito. Aí, de minha parte pelo menos, o requerimento de minha autoria estaria cumprido.

Quero, no entanto, tratar da questão de que V.Exa. falou. E falou, vejo, de coração, mostrando indignação.

V.Exa. me fez lembrar o meu velho e saudoso pai — de saudosa memória —, que dizia, Presidente Sérgio Brito, que um homem, ao ser assacado na sua honra, não pode brincar, não pode recuar, não pode aceitar. Dizia mais: que qualquer calúnia deve ser rechaçada. Dizia mais: que nós não deveríamos aceitar — dizia aos filhos —, de forma nenhuma, qualquer tipo de ameaça, qualquer tipo de constrangimento das pessoas.

Percebo, Deputado Osmar Júnior, na palavra do Ministro, essa indignação. E mais: preocupação em lavar a honra, chamando, pelos documentos que acabou de apresentar, a Polícia Federal, o Ministério Público, o Conselho de Ética, o TCU, a CGU, o que é muito bom.

Aí, Ministro, ocorre-me a seguinte situação: V.Exa. está aqui na Casa do povo. Do meu ponto de vista, em nenhum lugar V.Exa. terá melhores condições de desmontar isso que chama de uma trama do que aqui, no Parlamento. Este é o lugar para que V.Exa. lave a honra. Quem sabe saia daqui para os píncaros da história, o que não fizeram os outros companheiros de Ministério de V.Exa., recentemente.

Daí porque quero fazer — e só vou fazer isso — uma proposta a V.Exa. Eu trouxe mais um documento que gostaria de ver assinado por V.Exa. Acho que, aí sim, V.Exa. teria a oportunidade de dar à sociedade todas as respostas. Inclusive, se for o caso, daqui saírem para a prisão os seus detratores. Trago e vou deixar nas mãos de V.Exa. um tipo de requerimento, com considerandos, a todos os Líderes partidários da Câmara, no seguinte teor — e gostaria de levar à consideração de V.Exa., para assinatura, inicialmente elencando todos os Líderes, a começar pelo Deputado Cândido Vaccarezza:



“Considerando todas as notícias veiculadas na imprensa nos últimos dias acerca de nosso suposto envolvimento no desvio de recursos públicos do Programa Segundo Tempo, gerido pelo Ministério do Esporte, de nossa responsabilidade;

Considerando que o autor das denúncias contra nossa pessoa, o policial militar do Distrito Federal João Dias Ferreira, até agora não apresentou provas de suas declarações;

Considerando os princípios de ética e total transparência que devem permear o governo brasileiro em todas as suas esferas;

Considerando a necessidade de mostrar a verdade dos fatos à sociedade;

Considerando a confiança que a Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff” — que, aliás, tem sido sua defensora; sua madrinha, porque o colocou no Ministério, e sua defensora — “depositou em nossa pessoa e em nossa administração;

Solicito” — aos Líderes, é claro — “a imediata abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados para apurar todos os fatos relacionados com as denúncias de desvio de recursos, malversação de verbas e corrupção” porventura “envolvendo o Programa Segundo Tempo e o Ministério do Esporte.

Brasília, 18 de outubro de 2011

Orlando Silva Júnior

Ministro de Estado do Esporte.”

E encerro aqui as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, autor do requerimento de realização desta reunião, por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eu gostaria de cumprimentar o Ministro Orlando Silva, pela sua presença nesta Comissão, presença essa que dá curso ao processo democrático.

Quero dizer que o fato de V.Exa. estar aqui, Sr. Ministro, consolida o movimento da democracia neste País. E digo isso por quê? Porque, de maneira contrária ao que V.Exa. faz, o Ministro Antonio Palocci aqui não compareceu. E deu no que deu. Diferente do que V.Exa. faz hoje, houve casos de mudanças de opinião do próprio Governo: em alguns momentos, deixando de comparecer com seus Ministros a esta Casa; em outros momentos trazendo os Ministros para prestar depoimento, em outras vezes evitando a presença do Ministro. Evidentemente houve queda de vários Ministros em função de irregularidades e de corrupção neste Governo.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que para o PSDB é importante, sim, que o Ministro compareça aqui e preste declarações à sociedade brasileira sobre as acusações em que está envolvido.

Ao longo desse tempo, houve a queda do Ministro Palocci, do Ministro Nascimento, do Ministro Pedro Novais, do Ministro Wagner Rossi. E a natureza do processo, Sr. Ministro, leva-nos também a imaginar que haverá um sexto Ministro em queda nos próximos dias.

V.Exa. vem aqui e faz claramente juras quanto à absoluta falta de conteúdo daquelas declarações feitas pelo seu detrator. V.Exa. vem aqui e diz: *“Comigo é diferente. Não sou responsável por isso, não conheço atuação no meu Ministério que leve a dar razão a essa pessoa que neste momento me detrata por meio de revista publicada neste final de semana”*. Enfim, mostra diferenças em relação aos demais Ministros, a alguns que não vieram, a outros que vieram, e de alguma forma estiveram ausentes do Ministério a partir dali, em função das irregularidades e da corrupção denunciada.

Pois bem, eu dou a V.Exa. neste momento a possibilidade real de ter toda a razão naquilo que fala. Dou a V.Exa. neste momento a razão da dúvida, porque do outro lado quem fala também não tem nenhum tipo de estrutura moral para falar, chegou a ser preso e, como V.Exa. disse, hoje está submetido a uma investigação clara das irregularidades que praticou.



Mas há algumas questões, Sr. Ministro, que talvez fosse interessante termos esclarecidas neste momento em que V.Exa. aqui comparece de maneira diferenciada. Essa Operação Shaolin, por exemplo, foi realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal e apurou desvio de verba no âmbito do Programa Segundo Tempo, por meio de repasse de quase 3 milhões a associação de *kung fu* do Distrito Federal. E o esquema funcionava por meio de utilização de notas fiscais frias, emitidas por meio de empresas de fachada, que por sua vez cobravam 17% do valor das notas para emití-las. São as denúncias que estão aí para quem quiser ver.

No inquérito e no relatório da Polícia Civil, há envolvimento de V.Exa. e também do atual Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. As perguntas que faço a V.Exa. são as seguintes: quem assinou o convênio para esse repasse de 3 milhões de reais para a associação de *kung fu* mencionada na matéria onde há a denúncia? V.Exa. tem conhecimento do teor das investigações que estão sendo feitas, em detalhes? V.Exa. foi intimado a prestar informações nesse caso? Gostaria de saber isso de V.Exa. Quem autorizou esse convênio? É importante saber. No que se refere a João Dias Ferreira, desde quando o senhor conhecia João Ferreira Dias e desde quando o senhor esteve com ele? Que razões o senhor acredita que ele tem para fazer acusações tão graves?

Outra questão, Sr. Ministro — relacionada ao requerimento que apresentei à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle —, cujo esclarecimento é importante também, diz respeito a outro convênio assinado com a organização não governamental Bola Pra Frente, com o objetivo de levar esporte para crianças carentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Seria importante que V.Exa. desse informações também a respeito desse convênio assinado no Ministério do Esporte com esta ONG, Bola Pra Frente. Quanto a essa ONG, que foi conduzida pela ex-jogadora Karina, alvo de matérias nesse fim de semana, Sr. Ministro, é importante que isso seja esclarecido.

Essas questões que eu apresento a V.Exa. se juntam a várias denúncias divulgadas relativamente à Pasta do Esporte. Foram solicitadas explicações também ao Ministério dos Transportes Trata-se de repasse, por meio de convênio, a uma



ONG presidida pelo ex-Presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras Mustafá Contursi, para fazer cadastramento das torcidas organizadas, dentro dos preparativos para o evento esportivo de 2014. Inclusive, Sr. Ministro, isso fez parte do requerimento que nós apresentamos, que foi aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Vou concluir, Sr. Presidente.

Dessa maneira, V.Exa. também pode dar informações a esta Casa sobre esse fato.

No mais, Sr. Ministro, esperamos que os fatos tenham o seu andamento natural. V.Exa. afirmou que está tomando todas as providências jurídicas. Talvez fosse interessante, sim, tomar as providências penais e civis com vista a processar o seu detrator. Os outros Ministros que aqui estiveram, Sr. Ministro Orlando Silva, disseram que fariam, e não fizeram nenhuma ação criminal, nenhum processo contra os seus detratores.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. reafirmasse essa intenção, porque isso pode dar guarida à sua posição relativamente à inocência que alega neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Com a palavra o último autor do requerimento, o Deputado Fernando Francischini, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, Sr. Ministro Orlando Silva, inicialmente eu queria dizer que tenho sido aqui, nos últimos tempos, mais delegado da Polícia Federal do que Deputado Federal. Há mais investigação aqui do que na Polícia Federal à época em que eu estava lá. Talvez eu tenha vindo para Brasília no momento certo.

Diz o Líder do PR, Deputado Lincoln Portela, que estou escrevendo um livro sobre como fazer amigos em Brasília, depois da minha relatoria do processo no Conselho de Ética e após o meu requerimento de convocação dos 3 Ministros do STJ que anularam a operação da Polícia Federal que investigava o filho do Senador José Sarney.



Eu estou acostumado a ouvir bandido em depoimento, e eu não vi nos seus olhos nenhum traço de alguém que tenha realmente pegado com as mãos dinheiro. Podia estar aqui como Deputado da Oposição alguém que é duro — os meus colegas sabem — participando de uma crucificação sem motivo. Nesse caso, eu não vejo isso nos seus olhos. E eu tenho uma grande experiência em bater o olho e saber quando alguém está envolvido.

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está do outro lado a pessoa envolvida, alguém que não tem moral, foi presa pela Polícia Federal, e denuncia um Ministro, independentemente do Governo, esteja na Oposição ou do outro lado...

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Silêncio, por favor. Silêncio, por favor. O orador está com a palavra. Por favor, eu peço aos nobres colegas que tenham um pouco de paciência.

Continue, Deputado Fernando Francischini, por favor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas eu tenho uma observação a fazer, Ministro. Talvez o início leve a uma segunda parte. Eu acho que a equipe, tecnicamente, está muito mal no Ministério do Esporte. Eu acompanhei matérias nos últimos dias. Isso não vem da sua gestão, vem de muito tempo antes. De 2006 a 2010, 5.000% de aumento nos convênios tidos como irregulares. De 43 mil reais em 2006, passou-se para 10 milhões em 2010. Podemos dizer que aumentou a fiscalização, mas o que nós fizemos, dentro do princípio da eficiência, para diminuir essas irregularidades com ONGs?

Já vi isso no Turismo. Agora estamos vendo de novo, igualzinho, ONGs tendo que participar do Governo para devolver dinheiro. Não estou dizendo que é o caso. Vamos ver a investigação final.

O caso me levou a uma convocação de V.Exa., a qual se transformou num convite. Eu acho que a eficiência foi totalmente afetada naquele convênio do Ministério do Esporte com o sindicato nacional nas ações relativas a times de futebol, um convênio de 6 milhões e 200 mil reais, que até hoje não foi utilizado. Ele pode ser legal, imparcial, moral, público, mas eficiente não foi, Ministro. Até hoje,



desde dezembro, quando foi firmado o convênio — ele foi pago em abril —, até hoje o dinheiro não foi usado. E agora divulgam que é preciso esperar um processo em Curitiba para, só depois, decidir-se o que se vai fazer. Então, não houve eficiência.

A Federação dos Trabalhadores no Comércio do Distrito Federal — FETRACOM teve uma indicação da CGU, do controle interno do seu próprio Ministério de que ela devia, de um convênio de 2 milhões e 87 mil reais, 1 milhão e 820 mil de devolução — 600 mil desse valor, a presidente, diretora dessa OSCIP, Sra. Geralda Godinho, deveria devolver aos cofres públicos. Com 600 mil desse valor, ela fez uma suposta licitação, contratou sua irmã e, em vez de fornecer alimentação adequada, oferecia pãozinho de queijo e bolacha aos alunos.

Isso foi seu Ministério que identificou. Dos 2 milhões, 1 milhão e 140 mil o marido dela ganhou na licitação para transporte de ônibus, mas não havia ônibus na empresa, que só foi montada depois que ganhou a licitação. Isso não sou eu que digo, é o seu órgão, a CGU, o controle interno do Ministério.

Eu quero saber o seguinte: a D. Geralda Godinho hoje é Administradora Regional do Riacho Fundo II, na gestão do Governador Agnelo Queiroz, do Distrito Federal. O senhor avisou ao Governador Agnelo Queiroz ou à Presidente Dilma que uma pessoa como essa, que está no SIAFI, tem indicação de investigação na Polícia Federal, não tem condições morais de permanecer nesse cargo? Se o senhor avisou ao Governador Agnelo, ele tomou alguma providência? Ele lhe informou? Foi ele que recebeu e deu andamento a esse convênio e, depois, transformou a presidente investigada em administradora? Foi o senhor que recebeu o João Dias no Ministério, ou foi alguém que pediu para o senhor recebê-lo, em 2005 e em 2006? Isso é importante, porque não podemos assumir o ônus que não é nosso.

A minha pergunta é esta: o senhor avisou à Presidente Dilma que essa pessoa não tinha condições morais de estar numa administração do PT no Distrito Federal? Para mim, esse caso é roubo, sim, roubo escancarado de dinheiro público.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado, Deputado Fernando Francischini.

Antes de passar a palavra ao Ministro, para que responda, eu quero passar a palavra ao Presidente da Comissão de Trabalho, Deputado Silvio Costa.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Ministros, na verdade, eu me inscrevi não para defender o Ministro, mas para falar sobre o Ministro, até porque ninguém vai defender melhor o Ministro aqui do que a sua alma. É simples.

Este era o título da matéria: *“Ministro recebia dinheiro na garagem”*. Hoje o próprio acusador já diz nos jornais: *“Eu não vi o Ministro na garagem”*. Então, eu queria pedir encarecidamente à revista *Veja* que, na próxima semana, publique: *“Eu errei. O Ministro não estava na garagem”*. (Risos.) Esse é o primeiro ponto que temos de realçar.

O segundo ponto. Todos leram o jornal hoje aqui. Quando o Deputado Francischini, que é da Polícia Federal, disse uma frase, muita gente riu e zombou. Mas, sinceramente, eu achei até bom ele falar como policial. Todos leram no jornal hoje também que o João diz que tem fita gravada. Diz que tem fita gravada, com a presença do Ministro. Mas, meu amigo, se o cara diz nos jornais hoje que tem fita gravada com o Ministro, e o Ministro vem aqui e chama o cara de delinquente, então, sinceramente...

Vem então o meu amigo Deputado Vaz, que eu respeito e adoro, do PSDB de São Paulo, jogar para a plateia, falar em CPI, quando há o que corre da CPI como Aécio corre do Serra? (Risos.) Não dá, sinceramente, meu amigo Deputado Vaz, para falar nesse tom, nesse tipo de oposição.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Direitos autorais de Tiririca, hein?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Deputado, continue, por favor.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vou concluir.

Meu amigo Deputado Vanderlei Macris, eu quero lhe pedir uma coisa. O Ministro veio aqui. Ele não foi convocado, ele quis vir. Eu estou aqui, o Deputado Jonas está aqui, o Deputado Sérgio — ele quis vir a 3 Comissões, e acho que ele queria vir às 20.

Ele veio aqui para falar sobre um convênio. São 232 os convênios que existem no Ministério. Agora vão querer que o Ministro fale de convênio por



convênio? Não está aqui um Ministro do TCU. Ele ainda não é Ministro do TCU, é Ministro do Esporte. Então, não dá para que os senhores pulverizem essa reunião.

Ministro, eu quero dizer algo, e estou falando do fundo do meu coração: o senhor é homem decente, homem correto, corajoso, e a verdade sempre vence. O senhor vai vencer.

Eu estou aqui defendendo o meu País e um homem de bem.

O senhor é um homem digno, decente e orgulha o nosso Governo. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria de pedir a palavra.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - V.Exa. não foi citado, foi elogiado.

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu fui citado e gostaria de pedir a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Deputado Vanderlei, eu asseguro a palavra a V.Exa. no momento acertado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu só quero dizer ao Deputado Silvio, por quem tenho o maior apreço, consideração, que as perguntas que fiz aqui foram sobre convênios que estão hoje sob suspeição no Ministério. Apenas isso. Perguntei ao Ministro, relativamente a esses convênios que estão sob suspeição, quais foram os motivos. É o caso do convênio assinado com o ex-Presidente do Palmeiras, o caso do convênio assinado pela ONG João Ferreira Dias, o caso do convênio assinado... Enfim, são os três convênios em relação aos quais estamos aqui. E o Ministro está aqui para esclarecer, para tirar dúvidas e para falar à sociedade. Então, é apenas isso.

O Deputado Silvio tem todo o jeito de desmontar de maneira bastante tranquila, de maneira bastante efusiva, inteligente as ações da Oposição, mas, com certeza, estamos aqui para ouvir as declarações do Ministro, que tem obrigações para com a sociedade e para com este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra agora aos Líderes.

O Deputado ACM Neto tem a palavra por 5 minutos. *(Pausa.)* Está no recinto?



Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, que dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente Sérgio Brito; Sr. Presidente Jonas Donizette; Sr. Presidente Silvio Costa; Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza; Líder do PCdoB, Deputado Osmar Júnior; Ministro Orlando Silva; Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos que nos acompanham aqui, meus cumprimentos.

Ministro, eu conheci V.Exa. há cerca de 11 anos. V.Exa. tinha terminado o mandato na Presidência da União Nacional dos Estudantes e fez uma gestão brilhante naquele órgão. Estivemos juntos nas militâncias políticas, nas lides políticas de São Paulo. Desde então, aprendi a admirá-lo.

Com a eleição do Presidente Lula, V.Exa. assumiu um cargo de relevância no Brasil e, depois, foi reconfirmado pela Presidenta Dilma Rousseff. V.Exa. esteve, no Ministério do Esporte, à frente de grandes eventos. V.Exa. foi o principal organizador dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, esteve com o Presidente Lula e a então Ministra Dilma Rousseff na disputa para que o Rio sediasse as Olimpíadas de 2016 e também para que o Brasil fosse a sede da Copa do Mundo de 2014.

V.Exa. está no centro do debate de uma das principais preocupações do povo brasileiro, que é o sucesso da realização da Copa do Mundo. Todos nós, brasileiros, desejamos que o Brasil sedie os jogos da Copa do Mundo com tranquilidade, que possamos concluir os estádios, finalizar as obras de logística, de acomodação, para que o mundo inteiro venha ao nosso País e assista à realização dos jogos e também conheça esta civilização que está sendo construída aqui, abaixo da Linha do Equador.

Nós podemos ir às principais capitais do Brasil e encontrar uma agenda centrada na realização da Copa do Mundo: em São Paulo, início do estádio do Corinthians; no Rio, reforma do Maracanã; aqui, em Brasília, reconstrução do Estádio Mané Garrincha. Cito ainda Fortaleza, Manaus, Natal, Recife, Salvador. Em Minas Gerais, ocorre a reforma do Mineirão. Menciono também o Paraná, o Rio Grande do Sul.

V.Exa. conseguiu não só estabelecer uma trajetória brilhante do ponto de vista político, como também realizar alguns dos sonhos que o Brasil acalentou



durante esses anos, que, evidentemente, se somam a sonhos econômicos, sociais e políticos que acalentamos dia a dia.

Eu só posso dizer, ao fim e ao cabo desses 11 anos, que me resta uma enorme admiração por V.Exa. V.Exa. realizou e protagonizou grandes feitos para o Brasil, não só em relação aos grandes eventos, como também relativamente ao esporte que faz parte do cotidiano dos brasileiros. V.Exa. também conseguiu se firmar como liderança política no País, com uma proposta de mudança do País. Traz consigo uma visão política, uma moral e uma visão ética que compõem essa trajetória.

Quando li a reportagem da revista *Veja* nesta semana, imediatamente me somei ao seu sofrimento. Mas foi importante para nós acompanhar a combatividade, a maneira aguerrida com que V.Exa. realizou a defesa não só do seu programa, do Governo que V.Exa. representa, que também represento, mas também da sua honra, da sua honradez, que é o maior patrimônio que todos nós temos e que V.Exa. certamente tem.

Essa matéria que saiu no domingo na revista *Veja*, de certa forma, confronta a Constituição, que diz que um dos seus valores é a presunção da inocência. Todo cidadão é inocente até que se prove o contrário ou até sentença transitada em julgado. Essa reportagem o condenou liminarmente, além do sistema jurídico, além do regime democrático, além do nosso sistema das garantias constitucionais.

Mas, Ministro, a verdade veio a cavalo. A manchete no domingo foi a seguinte: *“Militante do PCdoB acusa Orlando Silva de montar esquema de corrupção e receber propina nas dependências do Ministério do Esporte”*. E a reportagem da *Folha de S.Paulo* atribui ao próprio acusador a seguinte frase: *“Em nenhum momento eu falei que eu vi o Ministro receber propina”*.

Esse sofrimento que vivemos com V.Exa. certamente V.Exa. viveu de maneira intensa, mas pude perceber a solidariedade de seus pares, de todos nós, nas redes sociais, nos pronunciamentos. Certamente o próprio acusador virá aqui retirar a calúnia que alguém fez a V.Exa., seja ele, seja a própria revista.

A tentativa de manchar a sua imagem não foi bem-sucedida. A tentativa de jogar a sua história na lata do lixo e dizer que de nada valeu não foi bem-sucedida.



Nós sabemos, Ministro, que a realização desses eventos no Brasil não é tranquila, sem conflito, sem interesse, inclusive de outras nações e de grandes instituições. Sabemos do grau de conflito que permeia a realização desse evento de 2014. Sabemos que V.Exa. é a pessoa que articula a realização desses eventos, em nome do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Então, quais interesses se articulam para atingi-lo? Eu não sei quais são, mas sei que V.Exa., em relação aos fatos trazidos aqui, só teve um procedimento. V.Exa. exigiu que essa instituição presidida pelo acusador fosse fiscalizada há 6 anos, em 2005. Depois, renovou esse pedido de fiscalização em 2006.

Vejo agora o interesse da Oposição, diante da sinceridade de V.Exa., conhecendo a moral de V.Exa., em mirar nos programas do seu Ministério. Ora, no Brasil, muitos dos programas desenvolvidos por outras instituições conveniadas têm problemas. Quantos problemas temos com as Prefeituras, para onde são repassados os recursos? Quantos problemas temos com os Estados, para onde são repassados os recursos? Quantos problemas se têm com as ONGs?

Abro um parêntese. Há uma tentativa de criminalização dessas entidades neste momento no Brasil, como se elas fossem sinônimo de irresponsabilidade. Nós não podemos aceitar isso.

Sabemos que V.Exa. agiu com rigor, com o rigor que se exige de uma pessoa que tem moral, que tem ética, que tem compromisso político.

Então, Ministro Orlando Silva, quero me somar a todos aqueles que vêm em sua defesa, que vêm em defesa da sua história, que vêm em defesa da honradez do Partido Comunista do Brasil, dos seus militantes, dos seus dirigentes, dos seus Parlamentares, que vêm em defesa da seriedade de V.Exa.

Trago um abraço do Partido dos Trabalhadores e a certeza de que a honra não será abatida pela leviandade. Nós vamos aqui defender essa história e também os seus protagonistas, entre eles V.Exa., Orlando Silva.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Com a palavra o Deputado André Figueiredo, Líder do PDT, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, manifesto-me em nome do PDT e como amigo do Ministro Orlando Silva desde a época da UNE.



Posteriormente tive oportunidade de conviver com S.Exa., quando fui Secretário do Esporte de um governo do PSDB no Ceará, na época em que Lúcio Alcântara era o Governador. Fui Secretário do Esporte nos anos de 2003 e 2004. O hoje Ministro, num primeiro momento, era Secretário de Esporte Educacional, começou a implantar o Segundo Tempo, e depois passou para a Secretaria-Executiva.

Na época, o Presidente do Fórum de Gestores de Esporte era o Secretário Lars Graef, também do Governo do PSDB, mas de São Paulo. Recebíamos, tanto do Ministro Agnelo quanto do então Secretário-Executivo Orlando e de todos os que fazem o Ministério do Esporte, um tratamento absolutamente igualitário. Em nenhum momento, por questões políticas, fomos discriminados. E o PDT, na época, era oposição ao Governo do Presidente Lula, em 2003. Quando, em 2005, 2006, o nosso partido tomou postura de oposição, continuamos sendo muito bem tratados. Em nenhum momento soubemos de qualquer tipo de desvio de conduta por todos aqueles, e não me refiro apenas ao Ministro Orlando Silva ou ao seu antecessor.

Quero apresentar, primeiro, a defesa do Programa Segundo Tempo. Talvez boa parte dos companheiros não saibam a dimensão atual desse programa. Hoje atende a 2 milhões e meio de crianças e jovens do Brasil. O nosso País não tem estrutura para oferecer educação em tempo integral. Então, o Segundo Tempo veio com a perspectiva de, num momento inicial, garantir a essas crianças e jovens o contraturno por meio de atividades esportivas dentro das próprias escolas. Assim eles podem praticar uma atividade que lhes garanta inclusão social.

Muito mais que o esporte de alto rendimento, o esporte educacional, o esporte de participação, esses sim, são verdadeiramente inclusivos. No esporte de rendimento o funil é muito estreito.

Hoje, graças a um trabalho incansável do então Presidente Lula, do Ministro Orlando Silva, de todos os que fazem o Ministério, da CBF, do Comitê Olímpico Brasileiro, do Comitê Paraolímpico Brasileiro, o Brasil vivencia uma década de grandes atividades esportivas.

Minhas colegas e meus colegas Parlamentares, cabe igualmente a esta Casa, por meio também da nossa Comissão de Turismo e Desporto, presidida pelo Deputado Jonas Donizette, ter uma preocupação muito grande no sentido de que



possamos dar exemplo, seja na fase anterior à realização dos eventos, seja na fase posterior.

Ministro Orlando, em conformidade com o que disse o Líder Paulo Teixeira, não há quem de sã consciência e que não tenha interesses outros que, após ler essa reportagem do último domingo, não fique verdadeiramente revoltado com o grau de leviandade das acusações que foram dirigidas a V.Exa., pelo próprio desmerecimento da foto do seu detrator, que parecia um Rambo e não lhe dá espaço de réplica.

Sinceramente, cabe um apelo a todas as grandes revistas nacionais, que são revistas muito lidas, são revistas históricas: vamos ter mais zelo com o nome de pessoas que trabalham incansavelmente pelo País; se existirem desvios de conduta, vamos apurá-los; mas, antes de denunciar por denunciar, antes de dar voz a caluniadores que não têm o menor caráter, que não têm a menor trajetória de luta pelo País, vamos dar espaço àquelas pessoas que verdadeiramente lutam pelo País, com o intuito de que não sejam indevidamente acusadas.

Ministro Orlando Silva, saiba que do PDT V.Exa. tem todo o apoio. Lembre-se que não pararam ainda acusações contra o nosso Ministro do Trabalho. Não param de ser divulgadas também pelos órgãos de comunicação. Nós bem sabemos que tanto o PCdoB quanto o PDT são partidos históricos. Assim como outros partidos da base do Governo, PT, PSB, PMDB, e tantos outros têm participação verdadeiramente decisiva na construção de um Brasil com que sonhamos.

Alguns interesses, às vezes, são contrariados e leviandades são levantadas.

O PDT tem total confiança em V.Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Tem a palavra o Líder do PSOL, o Deputado Chico Alencar, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Ministro, vou cumprir o meu papel de Parlamentar, destacando a importância da sua vinda imediata, mas fazendo algumas questões bastante objetivas.

Pelo que li agora, e não me refiro à reportagem da revista *Veja*, V.Exa. informa que os primeiros contatos, relações e até convênios com a ONG do Sr. João Dias foram feitos na gestão do então Ministro Agnelo. Por outro lado, o Ministro



Agnelo, atual Governador do Distrito Federal, diz que as relações efetivas foram feitas na sua gestão. É evidente que o Ministério do Esporte não considera como modalidade esportiva o jogo de empurra. Eu quero saber, afinal, qual é a realidade dos contatos, que função V.Exa. exercia quando do primeiro convênio com essa ONG e os desdobramentos disso.

Quanto à segunda indagação, algo que me traz dúvidas, sim. A sindicância do Ministério, considerando várias irregularidades nessa ONG, foi feita em janeiro de 2008, sindicância enviada para a Polícia Federal, que fazia a sua investigação sobre o Sr. João Dias em abril desse mesmo ano, constatando, relatando diversas irregularidades nessa organização não governamental ou o não cumprimento de acordos. O que se viu foi uma revisão do próprio Ministério em relação ao que tinha sido relatado na sindicância e, pelo que li, uma constatação do Ministério de que seria importante dar o direito de defesa ao Sr. João Dias. Por isso o Ministério pediu para desconsiderar a sua acusação, a sua sindicância anterior.

A indagação é sobre esse direito de defesa. Ele foi de fato exercido, o que se constatou? É praxe — o senhor afirma que o Ministério não flexibiliza nada — esse tipo de procedimento? Faz um relatório, envia a um órgão que estava realizando uma investigação e depois, por meio de ofício, pede para desconsiderar as questões anteriores. É claro que, ao leigo, soa como algum tipo de pressão indevida desse senhor, João Dias.

A terceira indagação. Na medida em que o senhor disse que ele chantageou o Ministério, a indagação é óbvia: quando começou esse tipo de chantagem e por que, desde o início, essas chantagens não foram denunciadas para os órgãos competentes, que podem evitar esse tipo de procedimento, o que em acontecendo é absolutamente lícito? Por que o Ministério não tomou medidas no sentido da sua autodefesa?

Outra questão. V.Exa. disse que teve apenas um encontro com o Sr. João Dias. Foi um encontro informal? Estava sozinho? Foi em função do quê? O que foi tratado nesse encontro? Depois desse encontro houve algum outro com o Sr. João Dias, que era alguém que estava, suponho eu, em processo de rescisão do contrato das suas ONGs com o Ministério, para fazer um ajuste final quanto ao termo de rescisão? E é verdade que há um conflito de datas? Um encontro acontecido em



abril produziu um termo de rescisão exarado em 22 de dezembro do ano anterior? Isso também não está de acordo com a boa gestão da administração pública.

Eu teria outras questões a apresentar, mas não farei isso, por causa do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Com a palavra o Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, que dispõe de 9 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - Sr. Presidente, não vou usar todo esse tempo.

Srs. Presidentes, Ministro Orlando, minhas senhoras e meus senhores, estou aqui como Líder da minha bancada para trazer uma palavra — peço a atenção da Casa — que diz respeito, Ministro Orlando Silva, à sua trajetória, à sua vida, à sua história.

V.Exa. tem esse jeito de bom baiano, um jeito de ser um pouco carioca também, mas nasceu em São Paulo. Nas várias vezes em que tenho ido ao seu Ministério, V.Exa. me trata bem, oferece um cafezinho de primeira qualidade (*risos*), uma aguinha natural, como eu prefiro — por causa da minha voz rouca, a água não pode ser gelada. Todo esse cuidado eu recebo, mas não resolve nada. Enrola sempre carinhosamente o nosso PMDB. (*Risos.*) Eu gostaria que, a partir de agora, quando eu for lá, talvez com uma pequena recomendação do Deputado Aldo, da Deputada Manuela, seja dado um melhor tratamento ao nosso partido. Mas nem por isso deixo de estar aqui para prestar homenagem a V.Exa., por alguns fatos.

Já foi dito aqui que o delator acusou claramente V.Exa. de ter estado numa garagem dentro de um automóvel, com dinheiro em caixote colocado na traseira do veículo. Depois, de repente, não foi mais na garagem, vão achar um outro lugar. A coisa começa a parecer distorcida e caluniosa gravemente.

E mais, nós estamos sabendo que hoje a Polícia Federal, que instaurou o inquérito, mandou chamar o delator para prestar um depoimento primeiro, hoje de manhã. Ele — eu o vi, à uma e meia da madrugada de hoje, num jornal respeitado da *TV Globo*, novinho em folha, ao vivo e em cores — declarou hoje de manhã que não podia comparecer porque estava doente. Deve ter adoecido de madrugada, com



frio, após a secura em Brasília. É provável. Mas, de repente, as coisas começam a parecer muito distorcidas, gravemente caluniosas e irresponsáveis.

Valho-me da linguagem desportiva para dizer que, se ele tivesse ido hoje à Polícia Federal, como convocado que foi — seu advogado foi dizer que ele não podia comparecer porque estava doente —, teria feito um gol de placa. V.Exa. veio aqui hoje à tarde. Há gravação que ele diz ter entregado hoje pela manhã à Polícia Federal. Que gol de placa ele teria feito, mas não fez. Omitiu-se, fugiu da luta, fugiu do jogo.

V.Exa. vem aqui hoje — estou valendo-me ainda da linguagem desportiva que caracteriza o seu trabalho — pisando firme em campo, de cabeça erguida, com a torcida leal, tradicional e respeitada, como a do seu partido há 90 anos. Esse jogo apenas começa hoje, e V.Exa. entra em campo merecendo o respeito de todos nós.

Quero dizer isso em nome de toda a bancada do PMDB nesta Casa. Parabéns a V.Exa. pelo Brasil, pela sua história, pelo seu Ministério e pelo nosso Governo. Parabéns, Ministro Orlando Silva. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Obrigado, Deputado Henrique Alves.

Com a palavra o Líder do PSC, Deputado Ratinho Junior.

O SR. DEPUTADO RATINHO JUNIOR - Sr. Presidente Sérgio Brito, Ministro Orlando Silva, Deputadas e Deputados aqui presentes, queremos, na mesma linha do companheiro Líder do PMDB, parabenizá-lo, Ministro, pela atitude de vir até a Câmara dos Deputados imediatamente apresentar todos os seus argumentos quanto a essa confusão que está envolvendo a sua gestão e o Ministério do Esporte.

Nós queremos, em nome do PSC, parabenizá-lo pelas conquistas que já aconteceram na sua gestão para o País, não apenas quanto ao programa que o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, mencionou, o Programa Segundo Tempo, mas também quanto às importantes conquistas para o Brasil, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo, os Jogos Pan-Americanos.

Nós queremos deixar muito claro, em nome do PSC, o voto de confiança que damos ao seu trabalho, considerando a sua história, o seu partido. Sabemos que, com a transparência com que tem tratado todas essas acusações, V.Exa. vai conseguir rapidamente, com a credibilidade conquistada por meio do seu trabalho e



da sua história, demonstrada inclusive pela Oposição, ressaltando-se a maneira respeitosa com que realiza o seu trabalho, sem dúvida alguma, esclarecer tudo isso para a sociedade e continuar fazendo esse brilhante trabalho que tem efetivado em prol do Brasil, do esporte, das crianças e daquilo que vai acontecer de bom para o nosso País, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Então, em nome da bancada do PSC, registramos o nosso voto de confiança na sua história, na sua gestão e no seu caráter, acima de tudo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Tem a palavra o Líder do DEM, o Deputado ACM Neto, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Srs. Presidentes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Ministro Orlando Silva, nós dos quatro partidos de oposição — Democratas, PPS, PSDB e PSOL — acabamos de encerrar uma audiência com o denunciante, o Sr. João Dias.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - Ele não estava doente, Deputado ACM Neto?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - O Sr. João Dias... Eu gostaria que V.Exa. respeitasse...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - Ele declarou que não foi à Polícia Federal porque estava doente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu gostaria que V.Exa. respeitasse...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - Pois não. Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu gostaria que V.Exa. respeitasse o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - O Deputado ACM Neto tem a palavra garantida — por favor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - Foi só uma curiosidade.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - V.Exa. é Líder e pode, depois, usar o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES - Foi só uma curiosidade.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Aí, V.Exa. pergunte a ele; não pergunte a mim.

Então, nós acabamos de encerrar uma audiência com o Sr. João Dias. E eu diria que o depoimento do Sr. João Dias é absolutamente estarrecedor. Ele traz detalhes e informações — que não constam da imprensa — que demonstram a existência de provas materiais inegáveis sobre as denúncias que foram feitas contra não apenas o Ministro Orlando Silva, mas todo o seu Ministério. E eu entendo que esse depoimento precisa ser de conhecimento do Brasil, da Nação brasileira. Ele não pode ser de propriedade apenas dos partidos de oposição.

Nós aqui hoje não faremos nenhum questionamento ao Sr. Ministro Orlando Silva, porque desde ontem afirmamos que a presença do Ministro aqui era apenas para garantir palanque e plateia; que era primeiro preciso ouvir o denunciante, saber com riqueza de detalhes tudo o que ele possui, todas as informações de que ele dispõe, para só depois, à luz dessas informações, defrontar o Ministro Orlando Silva, para que, quem sabe, ele pudesse refutá-las. Acho muito difícil pelo que ouvi, pela precisão, pelos detalhes e pela existência de provas.

Daí por que, Sr. Presidente, eu quero sugerir que esta Comissão de imediato possa aprovar um requerimento convidando o Sr. João Dias, para que ele traga aqui todas as informações que apresentou aos partidos de oposição, repito, porque elas têm de ser de conhecimento da Nação brasileira, através da Câmara dos Deputados, através do Congresso Nacional. Depois que o Sr. João Dias apresentar todas as suas informações, aí, sim, nós teremos condições de ouvir o Ministro Orlando Silva.

Acho que nenhum dos Deputados aqui presentes, das duas Comissões da Câmara Federal, pode se furtar a concordar com esta proposição que estamos fazendo, até porque não podemos transferir para a imprensa o poder de investigar e de buscar a verdade. A imprensa tem essa prerrogativa. Mas, acima de tudo, isso deve ser do Congresso Nacional. E é por isso que peço que a aprovemos aqui, por consenso, por acordo de todos os partidos. E acho que o PCdoB deve ser o primeiro a se manifestar, porque é um partido que está altamente envolvido com o que está sendo denunciado.



Então, nós queremos aprovar aqui o convite para o Sr. João Dias, para que ele diga ao Brasil o que acabou de dizer aos partidos de oposição. E, certamente, assim como estamos nós estarecidos, o País todo ficará também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Deputado ACM Neto, a audiência pública não tem força deliberativa. Nós podemos colocar isso em pauta amanhã na Comissão. Aliás, o requerimento de V.Exa. já está na Comissão, já está em pauta para amanhã, quando da reunião deliberativa, quando votarmos esses requerimentos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Mas eu peço que V.Exa., desde já, permita aos Srs. Líderes, aqui, diante da presença de uma plateia tão qualificada, que possam apresentar sua posição sobre este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Com a palavra a Líder do PSB, Deputada Sandra Rosado, por 8 minutos.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Não vou usar esse tempo todo, não.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ministro Orlando Silva, eu também quero aqui registrar o meu reconhecimento, como brasileira, ao papel que o PCdoB tem desempenhado nas lutas e nas conquistas do nosso Brasil, através de Aldo Rebelo, Jô Moraes, Daniel Almeida, Luciana Santos, Manuela, Alice e Perpétua, e também do Presidente Renato Rabelo, que ali se encontra.

Hoje, no Brasil, está virando quase que um hábito bastante repetitivo o prejulgamento, a condenação de pessoas, antes que elas tenham o direito de esclarecer. A presença do Ministro Orlando Silva aqui — inclusive eu ouvi ontem no noticiário o próprio Ministro dizer que tinha interesse de vir a esta Casa — já é uma demonstração da sua firmeza, da consciência tranquila, do trabalho que vem realizando.

Então, em nome do nosso partido, o PSB, trago aqui a minha palavra de confiança, de respeito e também de defesa de um trabalho que vem sendo desenvolvido no Ministério do Esporte, que tem levado o nosso País a grandes conquistas. Quando se incentivam jovens a praticar esporte desde a infância, a juventude, nós estamos criando atletas de grande qualidade — e isso temos demonstrado no mundo todo.



Em nome do PSB, quero trazer esta nossa palavra de confiança e também de muito respeito ao PCdoB, que também vem sendo atacado com muita veemência.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB.

Passo a Presidência ao Deputado Jonas Donizette, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Orlando Silva, nós, do PSDB, assim como foi dito pelo Líder do Democratas e será dito também pelos Líderes do PPS e do PSOL, na mesma linha, concisa e objetiva, não faremos nenhum questionamento nesta tarde ao Ministro.

Nós nos reunimos hoje pela manhã, e, em seguida, dissemos à imprensa que não havia sentido arguir o Ministro em função das matérias e das denúncias que saíram na imprensa neste final de semana, sem antes ouvir a parte que acusa, a que denuncia, e a parte que se defende. E tentamos ouvir o Sr. João Dias Ferreira, o que fizemos há instantes atrás, durante hora e meia.

As afirmações do Sr. João Dias Ferreira são de uma tal convicção e de uma tal extensão, na linha do tempo, com nomes, testemunhas, provas materiais — que, no seu devido tempo, serão apresentadas —, que se tornam imprescindíveis para a sociedade brasileira.

No momento em que o Ministério do Esporte pilota a nossa futura Copa do Mundo, em 2014, e as nossas futuras Olimpíadas, em 2016, os olhos do mundo internacional estão voltados para o Brasil e para o Ministério do Esporte.

Pelo que ali ouvimos, durante uma hora e meia, é importante que toda a sociedade brasileira possa tomar conhecimento do que tem a dizer o Sr. João Dias Ferreira.

Portanto, peço, por força do equilíbrio, do contraditório e da transparência dos atos do próprio Ministério do Esporte, que nós aprovemos, sim, o requerimento que será apresentado por todos nós, e por todos os Líderes que quiserem ser signatários dele, para que, na manhã da próxima quinta-feira, como já acordado com o Sr. João Dias Ferreira — ele aqui estará, se assim for aprovado, amanhã, como



regimentalmente disse o Presidente que antecedeu —, cumpramos o rito da Comissão de Fiscalização, Financeira e Controle, e de outras, como a de Turismo e Desporto, em conjunto. Vamos trazer aqui o Sr. João Dias Ferreira para prestar os seus esclarecimentos.

Se isso não acontecer, nós estaremos maculando a transparência, pela qual inclusive o Ministro Orlando Silva fez questão, na entrevista coletiva de ontem, quando se pronunciou. Ele é o maior interessado a, uma vez ofensivas que sejam essas afirmações do Sr. João Dias Ferreira, ato contínuo, desmontar cada uma delas. E é até bom que o faça. Caso não o faça, Ministro — e nós já afirmamos que V.Exa. deveria ter sido afastado do Ministério para, com a isenção do afastamento, permitir as investigações; mas assim não foi a vontade de V.Exa. —, nós entendemos que, para o bom esclarecimento de todos esses fatos que são gravíssimos, devemos fazer a reunião, ouvindo o Sr. João Dias Ferreira, com apoio unânime, para que não haja, portanto, nenhuma dúvida sobre isto, que o Parlamento quer fazer deste assunto um tema de transparência e de interesse da sociedade, do Ministério do Esporte, do nosso País, e não um palanque para abafar ou para tentar segurar a onda, como foi montado um hoje aqui. Hoje foi montada aqui uma defesa ampla e plena do Ministro; com isso não esclarecemos nada à sociedade brasileira.

Portanto, essa é a nossa posição, a nossa opinião e a nossa decisão. Reitero que não vamos fazer nenhum questionamento ao Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Para concluir, a razão pela qual o Sr. João Dias Ferreira veio ao encontro, para prestar as suas informações aos Líderes do Senado e da Câmara, foi o temor pela sua integridade física, pela sua vida, por causa da maneira com que vem sendo ameaçado. *(Risos.)*

Façam isso de maneira jocosa, rindo. Riam bastante! Mas aprovelem amanhã a vinda do Sr. João Dias Ferreira, e nós vamos em seguida tratar deste assunto com a devida seriedade. A maneira jocosa com que as Lideranças do Governo aqui estão tratando do assunto não é aquela que a sociedade brasileira espera de cada um das senhoras e dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.



Na sequência, há mais três Líderes inscritos: Deputados Rubens Bueno, Osmar Júnior e Cândido Vaccarezza.

Vamos ouvir o Deputado Rubens Bueno e o Deputado Osmar Júnior. Se o Deputado Cândido Vaccarezza permitir, acho que seria importante ouvir também o Ministro, porque foram feitas algumas indagações pelos autores do requerimento. E, depois, nós abrimos uma outra série de questionamentos.

O Deputado Rubens Bueno tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Eu aceito falar depois de ouvir o Ministro. Mas agora quero pedir ao Deputado Duarte Nogueira que retire a expressão "maneira jocosa", sobre como as Lideranças do Governo estão tratando a questão, porque não há nada de jocoso. Eu, pessoalmente, nem ri — sou o Líder do Governo. Então, por uma questão de respeito às Lideranças e à Liderança do Governo, gostaria que o Deputado retirasse essa fala, pelo menos em relação a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno, pela prazo de três minutos, como Líder do PPS.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Continuando, Sr. Ministro, Srs. Líderes, recentemente, nós tivemos o episódio da CPI das ONGs. E a base do Governo atuou de todas as formas para empastelar, para acabar com ela; que ela saísse sem nenhum resultado. Quer dizer, foi uma grande *pizza* montada pelo Congresso e com a base do Governo, porque nós vimos que nada aconteceu.

Tivemos a presença de outros Ministros, que foram convocados ou convidados. Aqui é como um palavrão "convocar Ministro". No Parlamento brasileiro é um palavrão convocar Ministros. Só aceitam vir se forem convidados. Como se tivessem aqui de responder a coisas que não são efetivamente aquelas objetivas que estão sendo denunciadas.

A CPI das ONGs não foi a lugar nenhum. Está aí o resultado. Assim como existem ONGs picaretas no Brasil e em qualquer lugar do mundo, existem ONGs boas que fazem um belo trabalho. Parlamentares não são diferentes em nenhum lugar do mundo, muito menos Ministro de Estado. É preciso dizer isto, porque há



uma grave denúncia levada ao conhecimento do povo brasileiro. E, dessa grave denúncia, não há do lado pessoal: olha, há uma grave denúncia contra mim; eu vou entregar o cargo e vou responder a essas denúncias.

No Brasil, começou-se a criar um modelo diferente. Com Itamar Franco isso não acontecia. Ele afastava a pessoa, e mandava apurar o fato. Então o próprio Ministro deveria dizer: eu me licencio do cargo e vou provar que isso não é verdade, dada a gravidade das acusações inseridas nessa reportagem.

Nós ouvimos há pouco, como disseram os Deputados Neto, Duarte e Chico Alencar, que é consistente, mas muito consistente a denúncia. E nenhum de nós aqui está acusando o Ministro. E, aqui, qual é o papel do Parlamento brasileiro? É buscar, esclarecer definitivamente, quanto antes, este caso.

A proposta que nós estamos apresentando é de ouvir o denunciante, ou os denunciantes, para que eles... Já tem até um requerimento nosso, Deputado Jonas, nosso, Presidente, na Comissão de Turismo e Desporto, sobre isso. Ele pode ser votado amanhã, pode ser aprovado, e convocar...

Nós não podemos passar ao largo disso. O Parlamento tem que cumprir o seu papel de fazer leis, de fiscalizar os atos do Poder Executivo e, objetivamente, a aplicação do orçamento público, fruto dos impostos que nós pagamos.

Então, ao lado disso, temos aqui de dar a nossa contribuição, dizendo ao Ministro que seja bem-vindo, especialmente à Comissão da qual faço parte. Todos que aqui vieram sempre foram bem recebidos. Mas este fato chama a atenção: se o Ministro não pede licença para mostrar que não há nada de errado, e se a Presidente não o afasta para mandar apurar, é porque há alguma impressão digital, desse período, que está sendo apagada — e aqui não estou acusando V.Exa. de forma alguma. Mas alguém está apagando impressão digital. Esta é a fórmula que conhecemos no mundo jurídico de empurrar com a barriga, ganhar tempo e, de preferência, com uma chicana jurídica no meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Para concluir. Então, reafirmando aqui a nossa posição, da bancada do PPS: é a de que nós aprovemos, junto com todos os partidos, a vinda do denunciante, ou dos denunciantes, no caso, para que



possamos, de modo efetivo e definitivo, esclarecer essa questão e, evidentemente, tomar as devidas providências.

Eu defendo, particularmente... Eu defendo que o fato é tão grave! Porque se alastra por todo o País, se verdadeiro for, um esquema criminoso da maior gravidade. Por isso proponho até uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta é a forma de investigar a fundo, de ouvir todos, todos os partidos representados, e de, juntos, construirmos o papel do Parlamento — junto com o Líder do Governo, junto com os Líderes que formam a base do Governo —, juntos, constituirmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a fundo isso, que é da maior gravidade e que se alastra por todos os Estados brasileiros como uma máquina funcionando dentro do Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Rubens Bueno, Líder do PPS.

Deputado Osmar Júnior, pela Liderança do PCdoB.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Sr. Presidente, Deputado Jonas Donizette, Sr. Ministro Orlando Silva, Deputado Cândido Vaccarezza, Líder do Governo, Sras. e Srs. Deputados, eu já tive a oportunidade aqui, ao fazer a saudação ao Ministro Orlando, de registrar a importância do seu gesto: não apenas de vir aqui, mas também de pedir providências para as investigações acerca do conteúdo da matéria da revista *Veja* e de suas repercussões na imprensa. Todos aqui reconheceram o gesto do Ministro.

Eu quero também destacar que a vinda do Ministro Orlando a esta Casa decorre do modelo de Estado democrático que temos aqui, porque os governantes, os que ocupam cargo, têm responsabilidades e obrigações. E a vinda de um Ministro de Estado a uma Comissão, como faz S.Exa. hoje, é uma obrigação de Ministro. A diferença é que ele fez isso de forma espontânea; ele não precisou ser convocado, nem mesmo convidado. Ele, no primeiro momento, já manifestou a sua vontade de vir aqui para prestar os esclarecimentos que esta Casa pedir.

A outra questão diz respeito à proposta aqui apresentada, a de que pudéssemos aprovar, de forma unânime, a convocação, ou o convite, para que aquele que caluniou viesse aqui, sentasse nesta mesa, para falar ao povo brasileiro através do Parlamento.



Eu lhes digo a posição do PCdoB: uma Comissão como esta, ou mesmo uma CPI, não conclui, não aponta, não julga, não conclui uma investigação; ela levanta indícios que até então não estavam identificados, para que os instrumentos do Estado, no caso o Ministério Público e a Polícia Federal, aí, sim, possam atuar na investigação, fazer o inquérito, fazer o relatório e, a partir disso, irem à Justiça.

O que o PCdoB quer — e apoia a decisão do Ministro — é não termos que vir aqui para debater informações ou ir atrás de informações; que isso vá diretamente para a Polícia Federal e para o Ministério Público.

Se esse cidadão tem informações tão aterradoras, por que ele mesmo não as apresentou hoje na Polícia Federal, de manhã? Pois ele tem que apresentá-las à Polícia Federal, ao Ministério Público, porque serão estes os responsáveis pela condução dessa investigação.

Não temos mais que perder tempo. Nós, do PCdoB, não queremos perder tempo. Nós queremos essa questão esclarecida. Nós queremos essa questão resolvida. E não vai ser resolvida aqui! (*Muito bem! Palmas.*)

Se ele quer palanque, que ele vá procurar palanque em outro lugar! Se ele tem denúncias, se ele tem provas, que as leve à Polícia Federal e ao Ministério Público, a quem cabe conduzir essa investigação.

Essa é a nossa opinião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Vou passar a palavra...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Dá para perceber o palanque!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Como algumas considerações foram feitas, no início, pelo autor dos requerimentos, eu passo a palavra ao Ministro Orlando Silva.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, pela ordem. O Líder da Minoria deseja falar pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Pois não, Líder.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - ...considerando a fala de alguns nobres Parlamentares, de forma lamentável, dizendo que a Oposição está fugindo. Ora, a Oposição não está fugindo; a Oposição está presente. A Oposição está respeitosa com o Ministro de Estado. E a Oposição não convidou ninguém para ficar



aqui fazendo palanque político. A Oposição não pode se furtar a seu dever republicano, democrático e constitucional de ouvir uma pessoa que tem queixas ou acusações a fazer contra um Ministro de Estado e que deseja colocá-las. Nós não podemos nos negar a escutá-la.

E, de maneira absolutamente categórica, de maneira absolutamente tranquila, estamos aqui sem fazer absolutamente qualquer tipo de acusação — e até diria mais —, torcendo para que tudo fique esclarecido pelo Sr. Ministro do Esporte, tendo em vista não só a sua pessoa, mas o momento especial de véspera de Copa do Mundo que vivemos. Não podemos, em absoluto, rasgar a Constituição Federal, abrir mão dos nossos direitos, das nossas prerrogativas de Parlamentares defendendo os interesses da Nação, do povo brasileiro, ao não pedir, educadamente, a vinda deste senhor, para que coloque nesta Comissão — não em um gabinete fechado, mas aqui nesta Comissão — aquilo que ele julga deva ser de conhecimento de toda a Nação brasileira.

É isso que os Líderes ACM Neto, Duarte Nogueira e Rubens Bueno pediram. Apenas isso, e de maneira, inclusive, absolutamente delicada e absolutamente respeitosa, o que eu avalizo abaixo.

Portanto, após as declarações respeitosas, que merecem todo o nosso respeito, Sr. Ministro, ao longo desta reunião de hoje, após ouvir aquele que pretende fazer esclarecimentos acerca das denúncias publicadas numa revista de grande circulação, sim, nós da Oposição nos vemos no direito de, novamente, convidar o Ministro para prestar os esclarecimentos. E será ele sempre muito bem recebido aqui, de maneira respeitosa, por todos nós, membros, Líderes ou não, da Oposição. Mas, em momento algum, abriremos mão do nosso dever democrático, republicano, de defender aqui as prerrogativas do Poder Legislativo, queiram ou não queiram os Deputados da base do Governo ou do partido do Sr. Ministro de Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Eu é que agradeço, Deputado Paulo Abi-Ackel, que falou pela Liderança. E já considero a sua fala como a da Liderança da Minoria.

Passo a palavra ao Ministro Orlando Silva.



O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Eu pretendo ser objetivo. Vou tentar ser muito breve porque sei que há uma lista de Parlamentares que querem falar; e vou tentar ser direto na abordagem dos questionamentos que foram feitos aqui. Portanto, eu não faço nenhum comentário acerca de algumas manifestações, como as da Deputada Sandra Rosado, do Deputado André Figueiredo, do Deputado Paulo Teixeira, do Deputado Henrique Eduardo Alves, do Deputado Ratinho, que não fizeram questionamentos diretamente a mim, assim como as dos Deputados ACM Neto, Duarte Nogueira, que também não fizeram nenhum questionamento direto.

Passo a comentar acerca de questionamentos ou proposições que foram feitas.

A primeira proposição diz respeito a uma iniciativa do Deputado Vaz de Lima, que apresentou uma sugestão, se é que bem entendi, de que eu fosse subscritor de uma proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - O documento então não chegou às mãos de V.Exa.?

Sr. Presidente, eu gostaria, por favor, que ele pudesse tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - O documento está na mesa, foi entregue por V.Exa, Deputado Vaz de Lima, e dele foi dada publicidade no momento em que V.Exa. o entregou a esta Mesa.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Se o Ministro me permitir, estou propondo que V.Exa. encaminhe esse documento aos Líderes partidários, para que eles — só nós podemos fazer isso — assinem. Se quiserem, está aqui o requerimento. Assinem já o requerimento, para a gente poder fazer a CPI.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Vamos ouvir a resposta.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Sr. Deputado, primeiro, eu quero reafirmar as atitudes que tive, pessoalmente, apresentando expedientes formais ao Ministro da Justiça, que é o chefe da Polícia Federal, para que encaminhe a abertura de um inquérito policial na Polícia Federal, para se apurar todas as falsas denúncias apresentadas por uma revista.



Segundo, reafirmo o expediente que encaminhei ao Ministério Público solicitando a mesma coisa: que seja aberto um inquérito para que o Ministério Público possa apurar todos os registros feitos naquela reportagem.

Terceiro tema: uma audiência que solicitei à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, para que, em audiência, apresente as minhas razões, contestando as falsidades publicadas naquela revista.

Reafirmo que, quando encaminhei o expediente pedindo abertura de inquérito, abri voluntariamente ou informei da disposição de abrir voluntariamente (basta cumprir procedimentos administrativos) os sigilos fiscal, bancário, telefônico, de correspondência, para que não pare dúvida quanto à total liberdade para se investigar plenamente tudo o que diz respeito à minha atividade como homem público.

Eu sou Ministro de Estado, faço parte do Poder Executivo, um poder próprio, um poder distinto do Poder Legislativo. Acredito que seria demasiado eu, como membro de um Poder distinto do Poder Legislativo, tomar uma atitude que constranja, que indique, que interfira na dinâmica da relação no Poder Legislativo. Aqui são 594 homens e mulheres, representantes do povo brasileiro, que têm experiência, maturidade, formam o seu juízo e tomam as suas atitudes. Esta é a minha decisão, Sr. Deputado: no meu entender, não cabe a um outro poder se imiscuir num tema que é próprio da dinâmica do Poder Legislativo, até porque sou parte do Governo.

O instrumento de CPI, quase sempre, desde a Alemanha, quando se passou a tratar desse tema, sempre foi um instrumento importante de debate, de utilização de minorias. Então não me compete pautar o Congresso, constranger os Parlamentares sobre essa matéria.

Segundo, o Deputado Vanderlei Macris fez uma série de questionamentos. Eu tenho uma cópia, Deputado, de um resumo que recebi de uma divisão da Polícia Civil do Distrito Federal acerca dessa Operação Shaolin. É a única informação que tenho sobre esse processo. Por quê? Porque, muitas vezes, de maneira administrativa, foram requeridas informações ao Ministério do Esporte, e essas informações foram oferecidas também de maneira administrativa. Não há rito com a minha participação direta. É um rito administrativo regular de solicitação de



informação. E nós temos sempre atitude colaborativa com todo e qualquer órgão público que requeira informações.

Sobre essa operação, a única informação que tenho é de que há 7 pessoas indiciadas, entre as quais João Dias Ferreira — é esta a informação que tenho — mais: Ana Paula Oliveira de Faria, Demis Demétrio Dias de Abreu, Flávio Lima Carmo, Miguel Santos Souza, Eduardo Pereira Tomaz, Carlos Roberto Oliveira Ferreira.

É o resumo que tenho. Há a fundamentação; inclusive, há aqui a informação de que prisão temporária foi solicitada. Enfim, se necessário, poderei disponibilizar, para acesso do Deputado...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gostaria, sim.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - ... esse resumo que tenho em mãos. Ao final de sessão, poderei oferecê-lo ao Sr. Deputado.

Foram dois convênios assinados com duas entidades distintas que atuam na região de Sobradinho, no Distrito Federal.

Eu, como Secretário Executivo, assinei o primeiro convênio em 2005. E o segundo convênio, em 2006, foi assinado por um segundo membro de governo, o Secretário Executivo à época, Rafael Barbosa.

Os dois convênios tiveram trâmite regular, cumpriram os critérios técnicos e formais exigidos para assinatura de convênio. Na sua execução é que foram identificadas, após fiscalização, irregularidades, o que ensejou uma série de cobranças e que produziu uma tomada de contas especial que, desde 2010, tramita no Tribunal de Contas da União.

Sobre o personagem em questão, João Dias, eu o recebi em audiência na Secretaria Executiva, função que eu exercia no ano de 2005, quando foi apresentada a proposta de um convênio para implantação do programa Segundo Tempo. Nisso, eu dialogo com outras perguntas que aqui e acolá surgiram. Foi uma audiência formal, uma audiência que era oferecida a um dirigente de uma entidade esportiva de Brasília. O próprio Ministro Agnelo Queiroz, à época, havia feito a recomendação para que eu recebesse um dirigente de uma entidade esportiva de Brasília. E foi o que se processou. A partir dessa audiência, ele tomou providências administrativas que deram origem à assinatura de convênio.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só para confirmar, Ministro. Então, foi a apresentação... o pedido de atendimento foi feito pelo atual Governador e então Ministro Agnelo Queiroz?

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Sim. Ele fez uma recomendação de que eu recebesse um dirigente esportivo de Brasília, como, de resto, inúmeras outras vezes, com inúmeros outros dirigentes esportivos, houve a recomendação de que eu os recebesse; ou mesmo alguns nos procuravam diretamente e eram recebidos em audiência. Insisto: recebidos em audiência — uma atividade regular do exercício da função que eu tinha à época no Ministério do Esporte.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O.K.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - As razões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Apenas 1 minuto, Ministro.

Nós temos 16 oradores inscritos, membros da Comissão, e 10 não membros. Estou, neste momento então, encerrando as inscrições.

Pode continuar com a palavra, Ministro.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Eu vou tentar ser mais objetivo para permitir que possa haver uma participação mais intensa da Comissão.

As razões para a denúncia.

A única possibilidade que eu vejo que justifique o escândalo dessa trama farsesca, essa falsa narrativa publicada no final de semana, a única razão, na minha percepção, é que ela é uma cortina de fumaça para ocultar os processos que são encaminhados (judiciais, criminais e administrativos) contra essa pessoa. Insisto: desde 2010, os dois convênios já estão sendo apurados em tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas da União; e não há grau de recurso administrativo possível, porque nós exigimos a devolução dos recursos públicos.

O senhor fez referência a ações penais que serão impetradas. Inclusive, fiz consultas à Advocacia-Geral da União sobre a conveniência de a própria Advocacia-Geral da União ser autora dessas ações penais. aguardo a manifestação do Ministro-Chefe da AGU. Se for a Advocacia-Geral da União a impetrante em meu nome, assim será o procedimento; se não, eu constituirei advogado privado e farei



isso. Fique tranquilo, que ações penais e civis serão impetradas para a defesa da minha honra.

Em relação a dois outros convênios, como foi pautado aqui pelo Deputado Vanderlei Macris, o primeiro é de uma entidade chamada Bola Pra Frente, entidade que atua em São Paulo e em parceria com 18 prefeituras municipais daquele Estado, vale dizer, prefeituras cujos titulares são de distintos partidos políticos, partidos que, inclusive, no plano nacional, fazem parte da base do Governo, e partidos que, no plano nacional, fazem parte da Oposição ao Governo Federal. Não há, portanto, distinção de campo político entre as parcerias realizadas com essa entidade. Há convênios firmados desde o ano de 2004, e há avaliação de prestação de contas tanto do cumprimento de objeto quanto da prestação de contas, contábil e financeira, das entidades que têm sido pautadas por irregularidades.

Eu obtive notícia e informação da matéria jornalística veiculada e determinei internamente que fosse feita uma apuração, com auditoria das contas, para garantir que foram adequadamente utilizados os recursos transferidos a essa entidade.

Então, informo ao Deputado Macris que essa providência interna já foi tomada, de auditar a partir da notícia, o que, na verdade, é um procedimento padrão. Se é publicada uma notícia em um jornal, ou em algum meio de imprensa, ou se uma notícia vem da Ouvidoria do Ministério do Esporte ou de algum organismo de controle, prontamente constitui-se um mecanismo de apuração dessa denúncia, com processamento e eventual punição, se houver responsabilidade.

Sindicato de clubes.

Um convênio existe com o sindicato de clubes — e aqui dialogo com o Deputado Fernando Francischini e também com o Deputado Vanderlei Macris. Foi firmado um convênio, no final do ano passado, com uma entidade, a única entidade nacional representativa de clubes de futebol profissional do Brasil. É um sindicato nacional de clubes profissionais de futebol. Diferentemente do que se diz, não é um sindicato de dirigentes, mas um sindicato de clubes, cujo objetivo é utilizar a presença dos clubes e a relação com as torcidas no esforço de cadastramento das torcidas, sobretudo das torcidas organizadas.

Os senhores sabem que é necessário no Brasil avançar em mecanismos para aumentar a segurança e o conforto dos torcedores nos estádios. A experiência



mundial aponta que um sistema de monitoramento e controle de acesso nos estádios é uma medida importante para impedir que pessoas que praticam atos equivocados, atos violentos, possam manter-se nos estádios produzindo violência, produzindo conflitos. E parte desse cadastramento tem como objetivo permitir que o Estado saiba se alguém, por exemplo, que está proibido de frequentar o estádio, está ali presente.

Hoje, por exemplo, a Federação Paulista de Futebol banuiu algumas torcidas organizadas dos estádios. Só que, individualmente, os torcedores podem chegar ao estádio.

Portanto, o que nós queremos é ter um sistema de controle de acesso e monitoramento. E exige-se um cadastramento das torcidas e dos torcedores para impedir que quem não deve estar no estádio frequente o estádio. Esse era o objetivo.

E o sindicato, por quê? Era a única entidade qualificada, no sentido de que representa esse segmento. E qual a decisão do sindicato? Aguardar uma experiência piloto, que está sendo finalizada no Paraná, de cadastramento de torcedores lá, para aprender com essa experiência. Inclusive, essa experiência piloto está sendo feita às custas do sindicato. Nenhum centavo do convênio firmado com eles foi utilizado. O dinheiro está da mesma maneira desde quando depositado em conta específica para isso, do Governo Federal. Está resguardado. Vamos avaliar esse plano piloto e, a partir daí, tomar alguma decisão.

Então, eu insisto em que o convênio firmado é vigente e que os recursos estão intocados, pelo acordo especificamente destinado para esse fim.

O Deputado Fernando Francischini pautou temas como...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Nós estamos em um ambiente que não é, assim, tão espaçoso, e há aqui uma grande quantidade de pessoas. Se nós pudéssemos focar a nossa atenção, principalmente porque agora o Ministro está dando as explicações... Eu agradeceria que não houvesse conversas paralelas. Obrigado.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - O Deputado Fernando Francischini questionou, além do sindicato dos clubes, um convênio específico aqui de Brasília,



FETRACOM, o nome de uma entidade. E o próprio Deputado registrou que o controle interno do Ministério apurou, identificou irregularidades e agiu, seguindo os trâmites administrativos, para garantir a justa aplicação do recurso público e, em parte, a devolução desse recurso público. É uma atividade padrão. Se há algum tipo de irregularidade identificada na fiscalização, no acompanhamento, ela é processada, e as medidas administrativas são devidamente adotadas pelo Ministério.

No que diz respeito aos personagens que ele citou, não há nenhuma manifestação minha para o Governador Agnelo Queiroz, como não faz sentido nenhuma manifestação minha para a Presidenta da República, porque não se trata de discutir (a Presidenta da República) quem vai compor um governo de Estado. É uma atribuição específica do próprio Governador, uma decisão de responsabilidade específica do próprio Governador. Então, não nos cabe emitir opinião sobre esse tema.

O Deputado Chico Alencar questiona sobre 2005, quando do primeiro convênio, qual era a minha função: secretário executivo. E assinei o primeiro convênio como a quem compete, como ordenador de despesa, a assinatura dos convênios. Em 2006, como eu já disse antes, o secretário executivo de então foi quem assinou esse segundo convênio, que foi com uma outra entidade. Como chegou a entidade, ou a proposta, até o Ministério, já me referi aqui. Foi apresentado um projeto, uma proposta, que cumpriu todos os requisitos formais e técnicos, e a partir daí foram assinados esses convênios.

O Deputado questiona por que não há denúncia feita anteriormente acerca de condutas, de manifestações feitas por essas pessoas.

Não imaginamos, à época, que haveria algum tipo de risco maior para a equipe do Ministério. Chegamos a examinar esta hipótese: se alguma medida mais forte deveria ser tomada. E ficou claro para nós que seguiríamos tomando todas as medidas administrativas, independente da posição da entidade proponente do convênio. Então, nenhuma medida administrativa foi cessada... Até a tomada de contas especial, nenhuma medida foi cessada em função de qualquer manifestação de parte interessada.

Sobre encontros, onde e quando, eu já me referi.



E o Deputado fez uma referência a uma sindicância, que, na verdade, é uma sindicância da Polícia Militar do Distrito Federal. Esse cidadão é membro daquela corporação. Eu imagino que a referência do Deputado deve ter a ver com um processo de sindicância em que houve três, e não duas manifestações do Ministério do Esporte. Em uma primeira manifestação, nós informamos ao comando da Polícia Militar que havia um processo de apuração, um processo de prestação de contas, e que exigiríamos a devolução dos recursos. Foi feita uma série de pedidos. Insistentemente, foram feitos pedidos pela entidade para que um novo prazo fosse dado, de modo que eles pudessem apresentar todos os documentos e efetivar a prestação de contas. Esse prazo foi dado. E se o senhor pergunta: é regular dilatar prazo para prestar contas? Digo que sim; é possível dilatar prazo para que sejam prestadas contas.

O prazo não foi cumprido, os documentos não foram entregues, a prestação de contas não foi feita a tempo. E um terceiro expediente foi encaminhado, em 2009, à Polícia Militar do Distrito Federal, informando que não foi cumprido o prazo de prestação de contas — e, àquela altura, já estávamos instaurando a tomada de contas especiais.

Chamo a atenção, portanto, para o fato de que esse terceiro ofício foi encaminhado em 2009 e que apenas no começo de 2011 a sindicância interna da Polícia Militar foi encerrada. Portanto, a sindicância interna da Polícia Militar levou em conta o terceiro ofício que a eles foi entregue — há cópia protocolada disso — no ano de 2009.

É a informação que ofereço ao Deputado acerca da sindicância.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só para esclarecer. O segundo foi encaminhado, pedindo para desconsiderar a avaliação negativa...

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Sim, em função de um novo prazo que teria sido oferecido para que a entidade juntasse os documentos, após insistência; que eles os apresentassem com novo prazo. Assim, poderiam cumprir a entrega desses documentos. Foi a reflexão da área técnica, ofertando o direito de defesa para a entidade. Essas foram a referência e a argumentação técnica que a área da prestação de contas apresentou à época.

Antes de repassar a palavra ao Presidente, há dois comentários finais.



Primeiro, uma informação que o Deputado Francischini apresentou acerca de um excesso de tomadas de contas especiais do Ministério do Esporte. Quero fazer um registro aos Srs. Deputados.

De 2002 a 2011, temos um total acumulado de 12 mil tomadas de contas especiais — há 12 mil tomadas de contas especiais no Tribunal de Contas da União. Das 12 mil tomadas de contas especiais, 67 dizem respeito ao Ministério do Esporte. Falo de uma ordem de grandeza, pois é importante a visão do conjunto. Tomada de conta especial corresponde ao reflexo de uma ação de fiscalização que fazemos; e, cada vez mais, aumentamos o número de intervenções, de fiscalização, de acompanhamento, de modo a buscar a máxima eficácia na apuração dos recursos públicos.

Por fim, tenho uma manifestação do Deputado Rubens Bueno, a quem solicito fazer um registro. Na medida em que V.Exa. afirma... E acredito que não tenha sido sua intenção, porque abri minha manifestação, hoje, dizendo que é gravíssimo o que aconteceu no último final de semana, é gravíssima a afirmação de que um Ministro de Estado teria recebido dinheiro desviado. Isso é gravíssimo! E mostrei minha indignação, Deputado, porque não foi apontada nenhuma prova dessa denúncia, que foi capa de revista, de que teria sido recebido dinheiro desviado. Até agora, nenhuma prova apareceu.

Confesso, Deputado, que fico um pouco incomodado quando V.Exa. registra que, *“ao permanecer no Ministério, isto poderia sugerir interesse de alguém em apagar impressão digital de processo administrativo”*. Anotei, e por isso quero fazer um registro muito respeitoso a V.Exa. — porque isso configura um crime, seria uma fraude à Administração Pública. Assim, faço o registro, para ouvir a palavra de V.Exa., se a compreendi exatamente, de maneira a...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ministro, vou enviar a V.Exa. os documentos que temos de que houve retroação em acordo feito no Ministério. Foi feito em abril e retroagiu para dezembro, para chegar à situação a que chegou. Vou enviar os documentos a V.Exa.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Então, Deputado, quero repudiar essa manifestação, porque rejeito, Deputado...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vou enviar os documentos a V.Exa.



O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Eu repudio de público a manifestação, porque não aceito afirmar que um Ministro de Estado, no exercício da sua atividade, aja para cometer uma fraude contra a Administração Pública!

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vou enviar os documentos a V.Exa.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Ah, então eu compreendi imprecisamente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - ...eu disse desde o princípio que isto não é uma acusação. Nós temos de trazer a outra parte para exatamente esclarecer esse fato, fato nebulosíssimo, que envolve o Brasil inteiro e muitos milhões de reais.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Reafirmo, reafirmo, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E não é caso de reafirmar, é de documentar. É por isso que nós queremos que venha aqui depor o Sr. João Dias.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Reafirmo, Sr. Deputado, o meu compromisso, como me ofereci para vir às Comissões, de estar à disposição e comparecer, sempre que convidado pelo Congresso Nacional, pela Câmara. Amanhã, inclusive, vou ao Senado da República para prestar todos os esclarecimentos, já que esta é a nossa obrigação como homem público: prestar esclarecimentos à representação popular, o que significa a esta Casa. Então, eu quero mais uma vez reafirmar esse meu compromisso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado Jonas, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Pois não, Deputado Chico.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Há uma indagação que eu fiz e o Ministro não respondeu: em relação à reunião — que V.Exa. já confirmou — com o Sr. João Dias, que teria acontecido em abril de 2008, numa tentativa de ajuste, de acordo, talvez, e...

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Nenhuma reunião diferente da primeira a que me referi aconteceu com a minha participação. Se houve reunião no Ministério do Esporte, foi com a participação de outras pessoas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Posterior. E essa reunião — isso é que o Deputado Rubens mencionou — teria produzido um documento, um termo de



rescisão, a reunião tendo acontecido em abril de 2008 e o termo de rescisão datado de dezembro de 2007. Isso seria, é evidente, como V.Exa. disse, uma fraude, não é?

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Nenhuma reunião desse tipo contou com a minha participação, Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Vou passar a palavra para o Líder do Governo, o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, dizer para todos os senhores que nós estamos ouvindo atentamente não só a Oposição mas o Ministro, e desde o começo dos debates aqui na Casa, em 1º de fevereiro, o Governo não adotou nenhuma postura de blindar Ministros, de conter discussões ou pelo menos fazer chacota de denúncias que a Oposição tenha feito. Encaramos toda esta discussão com seriedade, e a vinda do Ministro aqui hoje não foi para montar palanque, como, infelizmente, dois Líderes da Oposição disseram, e sim o Ministro atendeu a um convite exarado por Parlamentares da Oposição e aprovado em três Comissões da Casa. Então, estamos travando com seriedade esta discussão.

Em segundo lugar, parte da Oposição, infelizmente não seguindo alguns dos seus Líderes, tomou uma postura que eu não vou estender-me para criticar, porque inclusive estão ausentes, mas quero elogiar a postura dos opositoristas que aqui fizeram os questionamentos a que o Ministro respondeu.

Da nossa parte, tudo que for denunciado, todas as questões denunciadas serão investigadas, e a sociedade acompanhará as investigações. Quero parabenizar o Ministro Orlando Silva por ter tomado a iniciativa de facilitar todas as investigações e por ter respondido de forma dura, concisa e precisa.

Em tempo: não é o fato de um cidadão, criminoso ou não, acusar uma determinada pessoa que faz essa pessoa culpada. Nós aqui estamos dando demonstração de um comportamento democrático. Um cidadão, com um passado não muito qualificado — como bem disse o Ministro, um criminoso —, fez uma denúncia sobre um Ministro de Estado. O Ministro está aqui respondendo. Amanhã vai estar no Senado. Se esse cidadão tem provas, como disse ter, por que é que ele



não apresentou à Polícia Federal? Se ele diz que tem gravação, por que é que ele fica nas coxias com alguns Líderes da Oposição e não apresenta?

Até agora não saiu na imprensa nada que desabone a conduta do Ministro Orlando Silva. A matéria inclusive força a barra, a matéria do sábado, da revista *Veja*. Até agora esse cidadão não apresentou nada concreto e objetivo. E houve o requerimento dos Deputados, o pedido de esclarecimento, e o Ministro aqui deu esses esclarecimentos.

Então, do ponto de vista do Governo, eu quero dizer ao Ministro Orlando Silva: aqui na Casa é a orientação que tenho, como Líder do Governo, e, como eu já disse, inclusive publicamente, a Presidenta Dilma confia no Ministro Orlando Silva, elogia e concorda com a postura que o Ministro adotou, de vir à Câmara, ir ao Senado e à Controladoria-Geral da União para dar todas as explicações; nós não queremos acobertar absolutamente nada.

Quero convidar os Deputados da Oposição que estão aqui presentes para investigarem e, em tendo convicção, ajudarem, como fez Francischini, no processo de debate, não de defesa, porque o Ministro não está sofrendo nenhum processo e não precisa de defesa; a fala do Ministro e os dados postos são autoexplicativos. Nós não temos, aqui, de nos envolver num processo para dar palanque para esse ou para aquele, mesmo que seja da Situação. Não montamos palanque aqui. Não vamos admitir também que um cidadão desqualificado faça aqui da Casa um palanque, e sem apresentar as suas denúncias.

As Comissões vão reunir-se. Num dado momento, no momento certo, vão decidir quem será convocado, com a liberdade que têm todos os Deputados para votar a decisão da Comissão. Não será aqui. Então, não é adequado chegar aqui um Deputado e dizer: vamos, a partir de agora, pedir que todos os Líderes aprovem, porque vai haver convite para esse ou para aquele. Essa não é a conduta adequada.

Por fim, quero dizer-lhe, Ministro: pode contar com minha participação, como Deputado Federal, mais do que e também como Líder do Governo, mas eu quero separar o Líder do Governo do Deputado Federal, porque não estou aqui protocolarmente cumprindo um papel de defender o Governo, mas, como Deputado Federal, quero dizer que confio em V.Exa., pelo passado, não pelo seu partido, que em si já seria um grande atestado, mas estou falando de V.Exa., porque a acusação



é a V.Exa., não é ao seu partido. Confio em V.Exa. porque conheço o seu passado e o seu presente, e sei do trabalho que V.Exa. fez. No primeiro momento em que saiu a discussão do Segundo Tempo, uma acusação — acerca, eu acho que era, desse projeto, o Segundo Tempo, ou era um outro projeto —, subi à tribuna para dar o meu depoimento pessoal do trabalho que V.Exa. está fazendo. Pode ter certeza de que aqui na Casa V.Exa. tem várias pessoas que vão defendê-lo, não porque haja um debate político, mas porque têm convicção da honestidade, da seriedade e da capacidade de V.Exa.

Então, eu acho que a fala de V.Exa. aqui, para mim, encerra este debate. Quero que V.Exa. volte aqui outras vezes para falar sobre a Copa do Mundo e sobre as Olimpíadas que nós vamos fazer no Brasil, a melhor Copa que o mundo já teve.

Muito obrigado. Deixo aqui o meu abraço a V.Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Vaccarezza.

Eu vou dar agora início à lista de oradores inscritos.

Chamo o Deputado ACM Neto.

Chamo o Deputado Onyx Lorenzoni.

(Não identificado) - Peço licença, Sr. Presidente. Nós temos uma reunião de Líderes, agora, junto com o Presidente. Então, eu peço licença ao Ministro e ao Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Tem toda.

Chamo o Deputado Mendonça Filho.

Chamo o Deputado Ronaldo Caiado.

Chamo o Deputado André Figueiredo.

Chamo o Deputado Delegado Protógenes.

Esta Presidência vai dar por cancelada a inscrição dos Deputados que não estiverem presentes.

A Deputada Jô Moraes tem a palavra pelo prazo de 3 minutos.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Protógenes está presente? Desculpe-me, não o visualizei, Deputado. Peço desculpas.



O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, pode inverter. Pode inverter, porque a Deputada Jô Moraes é titular da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - A Deputada Jô Moraes tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Entre nós não haveria nenhum problema, Deputado. Eu tenho de ser breve, pelo controle que eu sei que o meu Presidente faz.

Quero, primeiro, registrar — e é desnecessário — a admiração eu que tenho pela decisão que o Ministro tomou, de imediatamente acionar a apuração de todas as questões; segundo, cumprimentar os membros da Oposição, o Líder da Minoria, Chico Alencar, Rubens Bueno, Vaz de Lima, Fernando Francischini e Vaz, por terem estado aqui presentes, questionando, porque eu acho que essa é a contribuição que a Oposição pode dar-nos nesta questão.

Eu quero inclusive fazer um apelo à Oposição. Se a Oposição realmente tem interesse em apurar, deveria levar o Sr. João Dias imediatamente à Polícia Federal e ao Ministério Público para que ele apresente as provas. Dificultar o acesso dos órgãos de apuração às provas é dificultar a ação da Justiça. É por isso que eu faço um apelo à Oposição: se esse homem tem provas, se os senhores têm acesso a ele, que levem à Polícia Federal, que levem ao Ministério Público, que levem à Corregedoria, porque a apuração é uma exigência que o PCdoB faz, e que evidentemente o Ministro faz.

Eu queria, Ministro, um esclarecimento, porque ficou uma dúvida, quando o Líder Chico Alencar e o Deputado Rubens discutiram sobre possíveis ofícios de reconsideração. Eu queria perguntar ao Ministro se dispõe desses ofícios aí, porque o Ministro apenas citou: “Olhem, existem três ofícios”; e o Deputado Rubens Bueno disse: “Eu vou enviar ao senhor, eu vou enviar ao senhor esses pedidos de reconsideração”. É uma pergunta que eu lhe faço para que, se estiverem aí, disponíveis, todos os Deputados possam ter acesso a eles; senão, que até amanhã de manhã, cedinho, todos os Deputados possam ter acesso a esses ofícios, para que não pare a dúvida de que existe algum ofício de reconsideração, de que não tenha sido concluído esse processo.



A segunda questão eu acho que é mais abrangente, Ministro. Nós sabemos que as ONGs tiveram um impulso no período do neoliberalismo, quando se defendia que o Estado deveria ser mínimo e que se repassassem para as ONGs tarefas do Estado de políticas públicas. Eu ontem participei de uma Conferência de Mulheres em Minas, na qual 600 mulheres estavam presentes, e esta era uma das discussões: o problema de ONG realizar políticas públicas. A minha pergunta, porque o Ministro já indicou a redução dos convênios com ONGs em relação às instituições públicas, é se existe alguma avaliação, se isso é por incompetência de ONG “x” ou ONG “y”, ou se isso é porque as ONGs que foram concebidas no neoliberalismo para substituir o Estado demonstraram que não têm estrutura, porque as políticas públicas sociais às quais elas procuravam responder no período do neoliberalismo se ampliaram de tal forma que nenhuma ONG hoje, segundo inclusive esse documento a que o Ministro se referiu, em relação ao TCU, pode responder às exigências que as políticas públicas levantam.

Por isso, eu queria cumprimentá-lo e dizer que o Líder expressou exatamente a posição do PCdoB: apuração imediata é entregar as provas para a Polícia Federal, para o Ministério Público, e não manter um teatro aqui que nem Agatha Christie conseguiria produzir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Passo a palavra ao Delegado Protógenes, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, Ministro Orlando Silva, Líder Deputado Cândido Vaccarezza, nosso Líder Osmar Júnior, colegas Deputados, tanto do Governo quanto de Oposição, aqui presentes, quero dizer que eu vou aqui reafirmar, inicialmente, até a postura e a conduta do meu colega de então da Polícia Federal, como Delegado, Francischini, e reafirmar, sob o ponto de vista ético, moral, a segurança de homem público que o Ministro demonstra ao vir aqui e com muita firmeza, com muita isenção e com muito compromisso com este País e com o povo brasileiro tomar as urgentes medidas necessárias, o que todo homem público deveria fazer, todo homem público. O senhor deu o exemplo.

Então, Ministro, eu quero dizer que hoje o Parlamento brasileiro vive às voltas com a surpresa do detrator, um bandido infiltrado na instituição Polícia Militar, um



cidadão que até agora nós não sabemos classificar, esse indivíduo vem ao Parlamento brasileiro, reúne-se com alguns Parlamentares e afirma com veemência que tem provas contundentes contra o Ministério do Esporte, não apontando quem, e que tem gravação fidedigna.

Esse indivíduo tem de apresentar essa gravação, porque é uma prova técnica. Uma prova técnica! E não carece o Parlamento brasileiro apreciar essa prova técnica. Carece a Polícia Federal e a Perícia da Polícia Federal examiná-la, porque ele está acusando um Ministro de Estado, ele está acusando a estrutura federal do Governo existente, da República brasileira, da República Federativa do Brasil. E, como prova, tem de ser apreciada dentro da Polícia Federal, com a fiscalização do Ministério Público Federal, que são órgãos que têm capacidade, competência e histórico em investigações.

Então, nós reafirmamos que queremos a investigação, sim, a mais ampla possível, com isenção e transparência, como V.Exa. afirmou, e como nosso Líder Deputado Osmar Júnior afirmou aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - E, para concluir, eu dirijo só uma pergunta ao Ministro, que seria: Ministro, quantos convênios existem em que a suspeita é levantada? Não é só... ele levanta suspeita sobre todos os convênios que o Ministério dos Esportes hoje coordena. E levanta suspeita também sobre uma organização partidária que tem um histórico de existência e luta democrática neste País, porque toda instituição ou organização política é organização política perene, imune a erros e acertos de qualquer integrante seu; então, como organização política, ele também lança assertivas a respeito dessa organização partidária.

Então, Ministro, quantos convênios existentes há das Unidades da Federação pactuados, e quais as instituições que colaboram para a democracia neste País, que colaboram para o esporte brasileiro, instituições políticas essas envolvidas no nosso Programa Segundo Tempo, em vigência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Protógenes.

Chamo o Deputado Anthony Garotinho.



Chamo a Deputada Luci Choinacki.

Chamo o Deputado Edson Santos. Tem a palavra, por 3 minutos, o Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Bom, primeiro, quero aqui dizer, Ministro Orlando, que na verdade V.Exa. é vítima daqueles, em primeiro lugar, que são contrários a políticas sociais que assistem à população mais vulnerável de nosso País. Isso tem origem histórica, não é? No New Deal, Roosevelt foi muito atacado por conta das políticas sociais desenvolvidas nos Estados Unidos. O Presidente Lula tem sido também muito criticado por conta dessas políticas sociais desenvolvidas em nosso País, e o Projeto Segundo Tempo cumpre esse papel.

Eu fui Ministro como V.Exa., e vivi também o drama de não haver organizações públicas suficientes para dar conta das políticas desenvolvidas em meu Ministério; daí a grande incidência de ONGs relacionando-se com Ministérios, o que gera um problema. Primeiro, há um despreparo de lideranças do terceiro setor para firmar convênios com o Poder Público. Segundo, há dificuldade de fiscalização, que é o caminho que se abre para que pessoas inescrupulosas possam locupletar-se, por conta da necessidade de o Estado fazer chegar à população mais pobre as políticas públicas. Então, eu creio que V.Exa. é um pouco vítima dessa questão.

Acho que se dá crédito a um cidadão que hoje está na iminência de ser preso. E a notícia que sai na revista *Veja* não tem nenhuma materialidade. A denúncia que sai não tem nenhuma materialidade. No entanto, encontra eco junto a Lideranças de Oposição aqui no Parlamento.

Eu quero dizer que eu sou da Comissão de Fiscalização Financeira, e Controle, e só votarei um convite a esse cidadão se esse convite vier lastreado em materialidade, em denúncia material, até porque a Oposição aqui chegou e só anunciou, deixou no ar, mas não teve a iniciativa de trazer quais são os indícios concretos de desvios no Ministério dos Esportes. Portanto, nós não cederemos a uma certa chantagem que se monta aqui, no sentido de nos constranger e levar esse caso, esticar esse caso ao máximo possível, buscando inclusive atingir V.Exa.

V.Exa. pensa que as medidas tomadas pelo nosso Governo, tendo em vista a Copa do Mundo, não estão incomodando? Eu fiquei... Eu estive lendo alguns



noticiários que dizem que na FIFA e na própria CBF houve pessoas que comemoraram essa denúncia. Será que são pessoas ligadas à venda de bebidas alcoólicas, que não poderão ser vendidas durante os eventos da Copa do Mundo? Será que estão insatisfeitas com as políticas que incentivam jovens e idosos a irem aos estádios, de que V.Exa. é um grande defensor? Eu quero dizer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - ...para concluir, que V.Exa. pode contar com a minha colaboração, primeiro porque conheço a sua honestidade, sei do seu compromisso com o povo, compromisso progressista com este País, e quero dizer mais: eu sei o que V.Exa. está sofrendo na pele, até porque V.Exa. é um dos poucos homens negros que se destacam neste País, um dos poucos homens negros que se destacam neste País. (*Palmas.*)

Eu não vou concordar de forma nenhuma, não vou concordar de forma nenhuma que, de uma forma superficial e leviana, jogue-se nódoa sobre a biografia que V.Exa. vem construindo em nosso País e que é referência para mim, para meu filho, e certamente será referência para meus netos.

Portanto, eu quero aqui concluir minha fala, nobre Deputado Sérgio Brito, dizendo que nós devemos no Brasil...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Desculpe. Sérgio Brito é o Presidente da minha Comissão. (*Risos.*) Eu vou concluir dizendo que, no Brasil, joga-se lama sobre a biografia de pessoas sem se pensar nas consequências. Eu acho que o hábito de se opor ao Governo, de buscar esclarecimentos, é um ato nobre da Oposição, mas tudo tem um certo limite. E eu penso que no caso de V.Exa., Ministro Orlando Silva, determinados setores de Oposição estão passando dos limites.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Edson.

Vamos ouvir o Deputado Carlos Sampaio, depois o Deputado Afonso Hamm, e na sequência o Deputado Vicente Candido.

O Deputado Carlos Sampaio tem a palavra.



Vou, na sequência, chamar o Deputado Renan Filho para assumir a Presidência, porque vou precisar ausentar-me dentro de instantes, mas passo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Presidente Jonas Donizette, Líderes partidários, Deputados e Deputadas, Sr. Ministro, eu senti-me na obrigação de vir aqui para ouvi-lo e também para trazer um testemunho de quem já conviveu com V.Exa. por ocasião de uma CPI em que V.Exa., de todos os Ministros de Estado, foi o único que se colocou à disposição, inicialmente e voluntariamente, para estar presente naquela CPI, a então CPI dos cartões corporativos.

Faço o registro também de que, quando denúncias ocorrem contra Chefes de Estado, contra Ministros de Estado, eu procuro pautar-me pela materialidade do que foi apresentado e também, confesso, pela história daquele que está sendo acusado. Se a história por vezes desqualifica muitos daqueles que ocupam cargos públicos, por outro enfoque a história também qualifica e dá estatura a pessoas que ocupam cargos como o de V.Exa.

E eu confesso que a postura de V.Exa, o histórico de V.Exa. sempre foi no sentido da transparência. À época, quando eu propus a CPI dos Cartões Corporativos, para buscarmos justamente saber quem estava desviando dinheiro indevidamente dos cartões corporativos, V.Exa. foi colocado numa cizânia, e foi o primeiro a se colocar à disposição para ser ouvido, e foi ouvido. Aliás, a sua postura foi enaltecida, na ocasião em que V.Exa. esteve naquela CPI.

Hoje V.Exa. encontra-se aqui, acusado que foi por alguém que, antes dessa acusação, foi acusado por V.Exa., e foi devidamente fundamentada a acusação, apresentada inclusive no Tribunal de Contas. Eu acho que há uma diferença brutal entre o proceder de V.Exa., não só histórico, como cidadão, mas o proceder diante de um fato concreto, e o proceder dele, que, ao invés de buscar o caminho do Ministério Público, como fez V.Exa., o caminho da Polícia Federal, como fez V.Exa., e do Conselho de Ética, como fez V.Exa., reuniu-se com Parlamentares, e com razão; eu acho que ele tem as suas motivações para não fazê-lo perante os órgãos de investigação e fazê-lo perante os Parlamentares de Oposição, e eu sou de Oposição; defendo o direito desses Parlamentares, e defendo a postura dele. Ele



está no exercício de defesa dele, como acusador que foi, e até o presente momento não apresentou qualquer prova.

Eu tenho para mim, Ministro, que o nosso colega que se manifestou anteriormente tem razão quando diz que é fácil vir aqui e dizer que foram apresentados vários indícios. Ele disse que detém várias provas, inclusive materialidade de ilícitos. Se tem, não sei por que não os apresentou até a presente data. Confesso que é uma postura que não vejo com bons olhos, apesar de entender o direito da Oposição de ouvir esse cidadão e também de levar adiante as eventuais denúncias, mas o proceder dele não coaduna com o proceder de V.Exa.

A sua indignação aqui hoje não foi como Ministro, foi indignação como cidadão, e isso toca-me muito mais fortemente do que a indignação de um Ministro, porque é na condição de pai e na condição de marido que V.Exa. se indigna com as ofensas que foram feitas, com as acusações que foram feitas a V.Exa.

Então, o testemunho que trago aqui é neste sentido: o seu proceder, a meu ver, sempre foi um proceder da estatura de um Ministro de Estado. Portanto, não sei de absolutamente nada que possa macular a sua imagem, e mesmo sendo de um partido de Oposição, mesmo sendo um Parlamentar aguerrido nas Comissões Parlamentares de Inquérito, eu acho que também é meu dever dizer o que penso e como vejo uma situação quando não acho que o caso é de se acusar quem quer que seja. É o que penso com relação a V.Exa.

Se, por acaso, no futuro, vier a ser demonstrado que a minha postura foi equivocada, eu dou-me esse direito de me decepcionar. No presente momento, só o que eu tenho a dizer é que a postura de V.Exa. bate com aquilo que eu espero de um Ministro de Estado, seja com relação à transparência, seja com relação ao seu movimento republicano de vir a esta Casa prestar satisfação, diferentemente de muitos outros Ministros, que se negaram ou vieram no final, no apagar das luzes de seus respectivos mandatos como Ministros de Estado.

Então, eu faço este registro aqui sobre V.Exa., como membro da Oposição, como Parlamentar e como cidadão, de que o seu proceder, durante todo este período em que estou aqui no Congresso, V.Exa. como Secretário Executivo que foi, e como Ministro, foi um proceder inclusive de quem nunca distinguiu emendas da Situação, emendas de Oposição. Em todos os momentos em que me deparei com



V.Exa. meu sentimento foi o de ficar feliz por ver a sua postura republicana, democrática e transparente. Eu acho que era meu dever fazer este registro aqui hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Carlos Sampaio, meu colega de cidade. Fomos Vereadores juntos e agora Deus concedeu-nos a graça de sermos colegas Deputados aqui no Congresso.

O Deputado Afonso Hamm tem a palavra, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu queria, Presidente Jonas Donizette, na condição em que o senhor está, presidindo a nossa Comissão de Turismo e Desporto, ou Esporte e Turismo, dizer que eu tive também a felicidade de fazer a condução desta tão importante Comissão, que, aliás, é a que tem, nestes últimos tempos, feito a interação do Congresso Nacional com as inter-relações, com a organização e a viabilização da Copa do Mundo e a viabilização, que inclusive foi no meu período, das Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Aliás, são as maiores conquistas que o País obteve em todos os tempos. Em termos de cenário de oportunidade, não há cenário de melhor oportunidade para o nosso País do que essa condição, primeiro a de conquistar essa honra. E aqui eu quero falar também na condição de testemunha, porque quando nós conhecemos superficialmente as pessoas, quando nós interagimos à distância, talvez não tenhamos o conhecimento, mas eu quero dizer, com toda a propriedade, que durante este período em que faço parte desta Comissão, eu que estou no meu segundo mandato como Deputado Federal e optei por esta Comissão, a Comissão de Turismo e Desporto, em que trabalhamos por essas conquistas, nós também tivemos a oportunidade de conhecer o Ministro Orlando Silva, conhecer a sua equipe, conhecer inclusive as dificuldades que o Ministério tem, porque o Ministério trabalha absolutamente limitado, do ponto de vista da necessidade, da estrutura de pessoal, da estrutura que é necessária para poder trabalhar, a exemplo da capacidade com que tem conduzido a organização desses dois grandes eventos, do ponto de vista das interações de Governo.

E eu queria dizer, como se diz, eu acho, no Brasil, não só em minha terra, no Rio Grande do Sul: quem não deve não teme. E isso é surpreendente aqui no Congresso, e é por isso que às vezes eu fico preocupado, e nós temos de nos



desprender dos nossos interesses, individuais, pessoais, políticos e ideológicos, porque se condena um Ministro que não vem, condenamos um Ministro quando ocorrem problemas de natureza semelhante, com algumas acusações, que até mesmo se omitem da presença. E eu quero fazer-lhe aqui um elogio verdadeiro, efetivo, porque a sua personalidade, que eu conheço, é dada pela condição de trazer aqui os esclarecimentos, de tomar as providências, como aqui foi dito recentemente pelo colega Deputado, no sentido de nós não deixarmos confusa a população brasileira, ou confusos até mesmo os nossos eleitores, mas, em nome da consciência de um país, nós não podemos colocar em dúvida, simplesmente, a postura de um homem político na condução de um Ministério.

Falhas existem. Inclusive temos sugestões. Controles têm de ser melhorados, efetivamente. Pode haver fraudes, sim. Agora, não podemos fazer um comparativo, traçar um paralelo, neste momento, pela condição, e colocar em dúvida, absolutamente, a conduta de um Ministro efetivamente competente, para derrubar essa condição. E essa é a tese, é a convicção, é o convencimento que eu tenho e que eu quero neste momento compartilhar com todos aqui na Câmara, na *TV Câmara*, com o Brasil inteiro, via Internet, por onde andamos. Nós precisamos fazer a política séria, a política necessária ao País, a política que nos permita inclusive estabelecer efetivamente essas apurações, quando necessárias, mas fundamentalmente não colocarmos de uma hora para outra a dúvida, da forma como foi feito em relação a este momento.

Por isso, eu queria dizer, ao encerrar aqui a minha fala e o meu testemunho, que nós precisamos debater, sim, e o ambiente para debater foi exatamente esta Comissão, ou o conjunto das Comissões. E respeito a Oposição, respeito a todos, até porque sou do Partido Progressista, da base do Governo, mas muitas vezes não tenho concordado com o Governo e tenho votado contra o Governo, e até mesmo contra a orientação do meu partido, porque nós precisamos trabalhar com convicção, e é com essa convicção que nós precisamos ter maturidade de discussão, no sentido efetivo de respeitar, de não colocar em dúvida, simplesmente fazendo um confronto de dimensões totalmente desproporcionais, para não usar outra palavra.



Por isso, Ministro, o senhor está enfrentando uma tempestade neste momento, mas sempre depois da tempestade vem o tempo bom. Sempre, depois de uma tempestade, vem o tempo bom, e o senhor é credor de tempos bons para o nosso País, pelo esforço. Se não está sendo feito o melhor, há uma conjuntura e uma complexidade que nós conhecemos, do nosso País e até da nossa cultura, mas nós temos a convicção de que é responsabilidade nossa. O Ministério do Esporte tem um programa como esse do Segundo Tempo, um programa para inclusão social dos jovens, inclusão através do esporte, que nós não podemos depreciar em função de uma pontualidade. E até pode haver irregularidades, que vão ser apuradas, certamente.

Portanto, é esta a nossa posição, a nossa fala, no sentido da importância e principalmente da postura, do momento, do dia de hoje, e o senhor tem mais crédito não só conosco; o senhor tem mais crédito com o País, com certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Afonso Hamm.

Eu vou chamar neste momento para assumir a Presidência dos trabalhos o Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Renan Filho.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Deputado Jonas Donizette, eu gostaria somente de me pronunciar, antes de assumir a Presidência dos trabalhos, dado que estou inscrito e faço parte da Comissão de Turismo e Desporto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Eu queria ser bastante breve, para não me tornar repetitivo. Nós já estamos há várias horas aqui discutindo esse tema. Mas queria dizer ao Ministro Orlando Silva que o Brasil se coloca para o mundo como um país que realizará nos próximos anos os maiores eventos esportivos e de entretenimento de que temos conhecimento, e isso tem gerado, despertado em outros países inclusive inveja, porque o Brasil tem despontado para o mundo enfrentando essa crise econômica mundial, que abala o planeta, de forma firme, saindo na frente de outros países, e nós temos muito a comemorar com relação a isso.



E isso foi comemorado, em dado momento histórico. Entretanto, as pessoas esquecem-se rápido das coisas boas e passam a torcer contra, a trabalhar contra.

Nós tivemos a maior parte desta reunião sendo conduzida, Ministro, de forma clara. V.Exa. veio a esta Comissão, apresentou suas explicações sobre os fatos narrados pela revista — não fatos, porque não são verídicos —, mas nós tivemos aqui um momento muito tenso, quando entrou aqui, de forma reunida, a Oposição na Câmara dos Deputados, como se fosse trazer um fato novo. Não trouxe nada, a não ser uma conversa de que tem provas que serão apresentadas posteriormente.

Essas provas já deveriam ter sido apresentadas! O detrator de V.Exa. seria hoje inquirido pela Polícia Federal e não se apresentou a pretexto de estar doente, mas não estava doente para vir ao Congresso apresentar supostas provas à Oposição, que não as trouxe para cá.

A Oposição esteve aqui dizendo que o Congresso brasileiro não podia abrir mão da prerrogativa de investigar e transferi-la para a imprensa. Concordo. Isso é verdadeiro. O Congresso não pode abrir mão de investigar. Mas a Oposição deveria ter feito também a seguinte tarefa: ter trazido para cá as provas apresentadas pelo detrator, e não querer trazer para cá um delinquente que já foi preso pela Polícia Federal, abrindo um precedente no Congresso Nacional para que esse tipo de gente venha a esta Comissão denegrir a honra e a imagem das pessoas de bem.

Era isso que queria dizer a V.Exa., para não me tornar repetitivo: que as tarefas devem ser cumpridas. Não cabe somente a conversa levada e espalhada, como muitos gostam de fazer. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Obrigado, Deputado Renan.

Eu convido o Deputado Renan para assumir a Presidência dos trabalhos, e já abro a palavra para o Deputado Vicente Candido.

Vai fazer uso da palavra, por 3 minutos, o Deputado Vicente Candido, Relator da Lei Geral da Copa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Obrigado, Presidente Jonas Donizette.

Eu queria dizer ao Ministro Orlando Silva que eu não poderia deixar de estar aqui nesta tarde e trazer-lhe um abraço, porque sei o que V.Exa. está sentindo,



Ministro Orlando. Podemos aqui evocar, como naquela parábola de Cristo, o homem público, ou a mulher pública, que nunca foi citado maldosamente, por intenção de oposição ou até mesmo de mau jornalismo, como o que alguns setores da nossa empresa praticam. Que levante a mão aqui.

Talvez alguns poucos privilegiados possam levantar a mão e dizer que nunca foram acusados, de uma forma ou de outra, em alguma matéria leviana. Eu já fui vítima de processo dessa natureza. Sou autor de processo contra o mau jornalismo praticado pela mídia brasileira. Fui vitorioso na Justiça brasileira. E quando me deram a notícia, quando me ligou um assessor dizendo da matéria, eu não pensei duas vezes: entre a matéria e o Ministro Orlando, eu conheço bem, conheço bem o Ministro Orlando Silva, e conheço também a capacidade da mídia brasileira.

Eu quero ressaltar aqui os bons jornalistas, aqueles que fazem a imprensa com seriedade.

Quando atingem V.Exa. não querem atingir apenas V.Exa.; querem atingir o Governo Federal, que está consertando o Brasil, querem atingir o seu partido, e estão atingindo cada um de nós homens públicos, mulheres públicas, pessoas de bem, pais de família. E nós temos a certeza, por tudo isso, pela sua história, pelo seu compromisso de vida, pelo seu compromisso político, de que V.Exa. sairá dessa situação maior do que V.Exa. já é.

Estamos aqui solidários, estamos aqui para esclarecer, estamos aqui para resistir mais uma vez à tentativa de golpe pela imprensa brasileira. Tendo lido a matéria, pergunto: se essa pessoa tivesse todas essas armas que a Oposição entrou aqui dentro dizendo que tem, por que é que nessa matéria esse órgão da imprensa já não teria colocado isso à disposição? Porque nós sabemos da voracidade da imprensa de querer desmontar todo o tempo o projeto do nosso Governo, já a partir do Governo Lula, e não foi brincadeira vencer aqueles 8 anos, e não será fácil agora também. Mas a verdade vencerá, e estamos aqui, junto com V.Exa., mais uma vez, Ministro, para defender a sua honra, a honra do nosso Governo e a história e a honra do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agora, dando continuidade à lista de inscrições, passamos agora aos oradores não membros das Comissões que realizam esta sessão.



E passo de imediato a palavra ao eminente Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, em primeiro lugar eu quero dizer que sou da base do Governo, do PR do Distrito Federal, conheço bem aqui o Distrito Federal, conheço bem algumas entidades e também alguns personagens desse modelo do Segundo Tempo.

Primeiro, quero parabenizar V.Exa. por estar aqui hoje, nesta audiência pública, diferentemente do Governador do Distrito Federal, que nunca teve coragem de falar sobre esse tema. E quero dizer, Sr. Ministro, que está aqui, no jornal *O Globo* de hoje, uma nota oficial do Governador Agnelo, que foi localizado e disse que não conhece João Dias, que não tem nenhuma relação com ele. Eu diria que o Governador não é amigo dele; o Governador é irmão, é quase irmão. O maior cabo eleitoral do Governador dos últimos anos foi João Dias.

Agora, eu vou falar, Sr. Ministro, é sobre fatos. Eu sou contador, sou auditor. Então, fiz um requerimento para o Ministério do Esporte sobre as entidades do DF. Das 20 entidades de que solicitei informações, recebi a resposta: de 12, as prestações de contas foram rejeitadas, reprovadas; de três, não foram apresentadas; de duas, foram aprovadas parcialmente; uma foi aprovada com ressalva, uma está em análise e de uma foi aprovada. Das 20, uma foi aprovada!

E dessas entidades relacionadas eu ainda não recebi — porque só agora eu pedi — a cópia da prestação de contas. Devo estar recebendo agora, no final do mês, porque há um processo burocrático em relação a isso. Mas, como auditor e contador, fui à Internet, fui ao Tribunal de Contas, fui à CGU e localizei alguns processos. E vou citar alguns.

Há aqui uma ação do Ministério Público contra o Instituto de Tecnologia Aplicada Novo Horizonte, de ressarcimento. Com relação a isso aqui, o que estranhei nessa peça do Ministério Público foi o ressarcimento. Primeiro, essa entidade é o Instituto Novo Horizonte, e por isso é que eu fiz questão de pedir à Presidência ontem, e achei que hoje seria atendido; eu preparei-me — e o Ministro sugeriu isto ontem na entrevista: que todos deveriam olhar o que foi divulgado na mídia nos últimos anos —, principalmente na época da campanha. Eu tenho aqui dois depoimentos; são quatro depoimentos, mas dois são fundamentais, o do Sr. Geraldo e o do Sr. Michael. Em ambos, se nós analisarmos essa peça do Ministério



Público, vamos confirmar exatamente o que está no relatório sobre essas duas personagens que estão aqui, e entreguei isso ao Presidente da Comissão.

Mas aqui nesse processo do Ministério Público há várias citações da Operação Shaolin, não a Operação Shaolin da Polícia Federal, mas a de antes, da Polícia Civil, onde se constata que essa ONG, que também recursos de Sergipe, tem recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...prestou contas com notas frias — e tem aqui o relatório do Tribunal de Contas.

De fato, o outro que foi citado aqui também, da FETRACOM — Administrador do Riacho Fundo II, era Presidente de fato —, é de 1 milhão e 800. A contrapartida foi justificada exatamente com o convênio anterior. Tem um convênio de 267 mil, de 2004, que foi oferecido como contrapartida para justificar o de 2005. Houve o extravio, o desvio total de recursos, 1 milhão 820.

Eu solicitei ao Ministério da Justiça, por meio da Mesa Diretora — e foi aprovado o requerimento —, dados da Operação Shaolin. Infelizmente o Ministro da Justiça respondeu que era assunto sigiloso, apesar de eu ter citado a Constituição e o art. 198 do Regulamento. Mas encaminhei agora ao Procurador-Geral, Roberto Gurgel, a solicitação para que tomasse as providências com relação a isso.

Para encerrar, Sr. Presidente, é evidente que o tempo é muito curto para falar de tudo, mas vamos falar disso no discurso do Grande Expediente. Porém, quero dizer o seguinte, Sr. Ministro. Primeiro, gostaria de fazer uma pergunta. Tendo em vista que o Governador Agnelo negou por várias vezes este episódio, tendo em vista que nessas gravações e em todas as denúncias nos últimos 3 anos, de fato, nunca vi a citação do nome de V.Exa. — mas o do Governador, em todas —, pergunto: Não há por trás disso, talvez, para salvar um Governo, essa artimanha de talvez sacrificar um Ministro para salvar um Governo do Distrito Federal?

Outra coisa que gostaria de pedir a V.Exa., que é colega de trabalho do Ministro da Justiça, é que realmente pudesse agilizar a conclusão da Operação Shaolin, porque aí de fato vamos conhecer a realidade do que aconteceu, principalmente no Distrito Federal.



O que me preocupa como Deputado do Distrito Federal, Sr. Presidente, é o seguinte: qual é a composição hoje do nosso Governo? O nosso Governo hoje está assim constituído: Agnelo Queiroz, Governador e ex-Ministro do Esporte; Francisco Cláudio Monteiro, Chefe de Gabinete atual e ex-Chefe de Gabinete do Ministro; Rafael de Aguiar Barbosa, que era o Secretário Nacional de Esportes Educacionais, hoje é Secretário de Saúde; Henrique Voigt Figueiredo é UAG hoje. UAG... Na época era o Coordenador-Geral de convênios do Ministério e hoje era UAG, da Secretaria de Saúde, que foi demitido por denúncia, e agora está na Secretaria da Criança e do Adolescente; Paulo Tadeu, Secretário de Governo, titular. Inclusive tem uma lei dele aprovada na Câmara Legislativa, sobre a ONG Cataventos, que teve suas contas rejeitadas; Geralda Godinho, Administradora do Riacho Fundo II, que teve um desvio de 1 milhão 820 de acordo com este convênio da FETRACOM; e Vera Lúcia Coelho de Medeiros, que está na Ouvidoria de Transparência, que é exatamente irmã do Diretor da ONG Novo Horizonte, citado pelo Ministério Público. Existem ainda outros, Marlene Vieira da Silva e outros.

Por isso me preocupa muito, como Deputado do Distrito Federal, o fato de que este grupo que estava naquela época comandando o Segundo Tempo, hoje está exatamente no Palácio do Buriti. Tenho muitas preocupações com relação a isso.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Obrigado, Deputado Izalci.

Dando continuidade à lista de inscrição, passo a palavra ao Deputado João Ananias, pelo prazo de 3 minutos, já que temos vários outros oradores inscritos, já passamos das 6 horas da tarde e precisamos dar continuidade a nossa reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Muito bem, Sr. Presidente, nosso Líder, Deputado Osmar e nosso querido Ministro.

Acho que o Ministro, esse é o meu sentimento, sai maior daqui hoje. Maior por tudo, maior porque teve a coragem de vir enfrentar toda a mídia — enfrentar no bom sentido, enfrentar esclarecendo, mostrando o seu lado, os seus argumentos, que são poderosos, diferentemente de argumentos de quem se esconde nas cavernas e tenta assacar graves acusações. E parte da mídia busca inclusive



execrar publicamente uma pessoa que tem uma história, que tem um partido, que tem uma luta, como é o caso do Ministro Orlando.

São duas questões muito simples, já foram colocadas inclusive aqui: uma é a questão do réu. O réu não é o Ministro Orlando, o réu é quem vai ser julgado agora e tenta tismar, "tibar", como se diz no Ceará, a água para que não vejamos o fundo, para que não vejamos o que está lá embaixo. E ele, na realidade, tentou fazer isso.

Agora, o que me chama atenção é parte da mídia utilizar-se de uma acusação sem provas e buscar execrar publicamente um homem público, um homem de bem. Isso é lamentável, e precisamos discutir aqui.

Parte da Oposição veio aqui para inquiri-lo, para contestá-lo, para cobrar dele explicações. A outra entra num momento tático, vendo toda a mídia aqui, num jogo de cena, como se fosse trazer a mais reveladora das acusações, e nada trouxe, nem fumaça trouxe. É essa a postura. E aí, sim, parte da Oposição quis aproveitar o palanque político. Parte dela quis aproveitar o palanque político para tismar a imagem do Ministro, do Governo e do nosso partido, o PCdoB.

O nosso partido tem uma história de 90 anos. E mesmo quando não foi permitido atuar, e foram longos anos em nosso País, este partido militou na clandestinidade, mas não largou as suas ideias em prol de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária. O conjunto de tudo isso isenta o Ministro Orlando Silva.

O que é fundamental é que a Oposição deixa... O réu não vai à Polícia Federal, não vai depor no inquérito oficial e vem aqui prestar esclarecimentos a uma Comissão meio inquisitória, e vem para cá tentar fazer cena para poder ganhar a opinião pública.

Parabéns, Ministro, pela sua coragem. Continue assim, porque V.Exa. é um exemplo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à lista de oradores inscritos, eu gostaria de passar a palavra à Deputada Manuela d'Ávila. Antes informo que os próximos oradores serão a Deputada Alice Portugal, Deputada Perpétua Almeida e depois os Deputados Danilo Forte, Domingos Sávio e Asdrubal Bentes.

Com a palavra a Deputada Manuela d'Ávila.



A SRA. DEPUTADA MANUELA D'ÁVILA - Caro Deputado Renan Filho, caro Ministro Orlando Silva, Líder da minha bancada, Deputado Osmar Júnior.

Primeiramente, Ministro, eu gostaria de parabenizá-lo pela coragem de responder a tudo e a todos, independente de quem o acusa.

Nós sabemos — e a sociedade brasileira hoje tem acesso à informação, independente de publicarem ou não, porque a comunicação não é mais centralizada, as informações circulam livremente na Internet — quem é o homem que o acusa.

Mas V.Exa. não deve respostas a esse homem, V.Exa. deve respostas ao povo do nosso País, aos homens e mulheres que vibram com as milhares de conquistas do esporte brasileiro e que querem respostas porque lutam por um Brasil desenvolvido, transformado e honesto. E é por isso que o V.Exa. vem à Câmara dos Deputados.

E eu não esperaria atitude diferente de um dirigente que conheço desde os 16 anos de idade. Acompanho a sua trajetória desde os tempos em que presidia a nossa juventude. E sempre foi o mesmo homem sério e responsável com o seu partido, com os seus militantes, mas sobretudo com o povo do nosso País, que V.Exa. defende que tenha direitos incansavelmente. Portanto, eu o parabenizo por dar satisfações ao povo do nosso País, ao povo brasileiro.

Sinceramente, Ministro, nós estamos aqui há mais de 3 horas. V.Exa. está há mais de 3 horas nesta Comissão. Veio pela sua vontade, participa porque quer esclarecer, mas acho que nós começamos a andar em círculos. Por quê? Eu sou bastante pragmática em relação a essas questões. Disse antes: V.Exa. deve respostas ao povo brasileiro. Quais respostas? Há irregularidades? V.Exa. teria, como diz a revista, recebido recurso na garagem do prédio público, que V.Exa. mesmo disse ser uma acusação gravíssima? V.Exa. já respondeu. Abriu seu sigilo fiscal e telefônico, e mais: colocou toda a sua vida à disposição da Polícia Federal. Não há mais o que responder além disso.

À Polícia Federal cabe investigar. Essa Polícia essa polícia tem apurado tudo, de maneira independente, nos Governos de Lula e de Dilma. Essa polícia tem dado pautas maravilhosas para todos os jornais — sou jornalista de formação —, porque investiga, doa a quem doer.



A essa polícia, que recebeu mais recursos, mais homens e mulheres para o trabalho, V.Exa. ofereceu a sua vida, o seu sigilo fiscal e telefônico e tudo aquilo que possa interessar para esclarecer os fatos.

Desculpe-me, mas temos muito o que fazer pelo povo do nosso País para perder tempo. V.Exa. já fez a sua parte. Cabe agora a essa Oposição... E eu retiro os meus nobres e respeitosos colegas que estão nesta audiência de hoje, aqueles que não chegaram uma hora e meia atrasados, ditando regras aos Líderes dos outros partidos, como se reis fossem. Reis foram no passado, na ditadura militar, reis não são. Mas esses que atrasaram, que não o ouviram, Ministro, não querem respostas. São surdos. Querem fazer política, não estão preocupados com o Brasil. Não escute esses, escute o povo brasileiro, escute os Parlamentares que estão aqui preocupados em ouvi-lo.

Esse senhor que o acusou, a quem trato como réu — e respeito todos os réus, pois sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos —, até que seja julgado e condenado, é inocente, mas está sendo investigado. Se esse réu tem o que dizer, que vá à Polícia Federal. Se não tem interesse político, nos desminta, vá à polícia, leve as provas. Esta é uma Casa política. Aqui dentro, nós fazemos política, eles fazem política. A investigação e as respostas virão da polícia.

Eu o parabenizo, Ministro. O Deputado Francischini, da Oposição, disse que vê em seus olhos a inocência. Eu digo que vejo mais. Eu sou uma mulher de vida pública — essa expressão fica feia quando sai de uma mulher. O senhor é um homem público e eu sou uma mulher que dedicou 14 de seus 30 anos de vida ao mesmo partido, como o senhor, e sei como dói ver a sua mulher, que é militante política há 17 anos, a sua filha de 4 anos, a sua família, a sua mãe, que vive em Salvador, assistirem a essas notícias como se verdadeiras fossem. Mas Mário Quintana tem uma frase excelente para isso: "*Eles passarão*". Passarão porque não têm provas, como o senhor disse. Passarão, não porque eu o estou defendendo, porque o senhor é meu camarada de partido, mas porque ofertou a sua vida para ser investigada. E isso me basta. Se houvesse provas, elas viriam nessa investigação.

Então, eu o parabenizo, sobretudo pela hombridade e tranquilidade com que enfrenta esses processos que, eu sei, para nós que não somos máquinas, são mais



do que processos políticos; são processos profundamente dolorosos pessoalmente. Mas passarão, porque a sua convicção é maior do que isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Ministro:

Deputada pela Bahia, tenho a obrigação, especialmente depois de ouvir a jovem Manuela, de dizer que eu, apesar de que acabarei declarando a minha idade, conheci o Ministro Orlando Silva muito jovem. Consegui visualizar nele a liderança estudantil na Universidade Católica de Salvador — e eu, já num certo terreno, de maior maturidade política — quando ele vinha do Lobato, um bairro do subúrbio ferroviário de Salvador, para seus estudos na Universidade Católica de Salvador, onde desenvolveu o seu perfil de líder e, como bom estudante, atuou em períodos duros da conjuntura nacional.

O jovem Orlando, de origem humilde, filho de uma auxiliar de enfermagem, uma técnica de enfermagem — que, como a Manuela disse, deve estar vivendo momentos difíceis, como mãe, assim como a sua esposa e a sua filhinha —, tem por trás da sua figura de homem público, sem dúvida, o cidadão, o homem, o pai de família e, acima de tudo, o exemplo de pessoa, que até hoje mantém a sua vida espartana e a sua coerência política.

Quem não o conhece não sabe, mas eu conheço a vida espartana e humilde de Orlando Silva, que mantém seu vínculo com o seu partido, mas que faz da sua atuação pública uma das mais amplas e suprapartidárias que visualizo em um Ministério na ação do Poder Executivo.

Quero fazer esse depoimento porque de fato é uma tentativa de massacre, e devem esconder-se atrás desse massacre interesses, talvez, como o de indicar um Ministro dos Esportes que possa ser genuflexo em relação a interesses econômicos — tal como disse poucos minutos atrás o ex-Ministro negro e homem, de igual valor, Edson Silva —, interesses de direcionamento da pauta da Copa do Mundo. Efetivamente, só podem ser esses os interesses a manter um acusador de reles presença, um condenado, meliante, como elemento midiático para acusar uma



pessoa do seu naipe, Ministro. Quero dizer isso de maneira muito tranquila e deixar esse questionamento acerca de a quem interessa e a quem serve isso.

Segundo, estive lendo as publicações do Ministério do Esporte e nelas estão colocadas com bastante precisão: 186 convênios com Governos Municipais, tratando do Programa Segundo Tempo; 14 convênios com Governos Estaduais; 5 parcerias com instituições federais; 29 parcerias com ONGs. Parceria com o Programa Mais Educação em 4.987 escolas, atendendo a 1.079.974 beneficiados — ou seja, crianças de 7 a 14 anos —, num total de 1.876.874 atendimentos, capilarizando o atendimento escolar do contraturno da escola, o elemento positivo do Programa Segundo Tempo.

Observei, portanto, ao comparar os dados publicados pelo Ministério do Esporte, que a maioria absoluta dos convênios do Segundo Tempo é com entes públicos — cerca de 90% —, e não com ONGs. E, dada a acusação aqui feita por esse cidadão, nas páginas de uma revista de circulação nacional, de que o PCdoB tem se beneficiado da sua presença, inclusive para esquemas escusos de financiamento eleitoral, pergunto, Ministro, para que isso fique claro para a Nação brasileira: quais os partidos dos prefeitos, dos governadores que têm mantido convênios com o Ministério do Esporte, através de editais públicos, que são efetivamente celebrados de acordo com regras e fiscalizados pelos órgãos de fiscalização e controle da União? Isso é importante para que saibamos se há algum partido tirando proveito especial dessa relação que é produtiva para a Nação. E isso os meios de comunicação deveriam também avaliar, quando dá certo, porque quando não dá certo os meios de controle mandam devolver o dinheiro, o Ministério do Esporte manda devolver o dinheiro. E quando dá certo, quem ganha? A Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Para concluir, Deputada Alice.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Concluo, Sr. Presidente, dizendo que isso precisa ser celebrado, porque efetivamente o programa Segundo Tempo tem dado muito certo para a Nação brasileira. É preciso saber se há algum partido beneficiado de maneira especial nesses convênios com o setor público federal, estadual, municipal, e apenas com 29 ONGs em nosso País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo de imediato a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar os colegas que ainda estão aqui e o nosso Ministro Orlando Silva. Também gostaria de dizer o seguinte, Ministro: é da história do nosso partido nunca fugir a nenhuma luta, nunca fugir ao debate, e não vamos fugir agora, inclusive porque estamos com a verdade.

O que o Ministro Orlando fez aqui hoje ninguém se dispôs a fazer. Desde sábado o Ministro Orlando está à disposição da mídia e do Congresso Nacional. Ainda em viagem internacional, convocou uma coletiva para colocar a verdade sobre os fatos e sobre a mentira que estava caindo sobre ele. Foi aos jornais do País se explicar, colocar a versão verdadeira, e hoje está aqui no Congresso Nacional porque se ofereceu para vir e porque a bancada do PCdoB pediu que viesse.

A Oposição não está aqui agora porque queria ela vir para cá e mostrar que o Ministro só veio porque ela o convocou. E não se dispôs a ficar aqui — porque os líderes da Oposição não estão aqui — porque não encara a verdade. Quando os opositoristas vieram aqui e viram que o Ministro estava sendo verdadeiro, nenhum deles que falou teve a coragem de perguntar a verdade. Mas para esta Oposição que foi ouvir um cidadão — porque para ela a palavra de um cidadão é mais importante do que a de um Ministro —, um cidadão que hoje de manhã se recusou a ir depor à Polícia Federal, mas estava bom para se encontrar hoje aqui com os líderes da Oposição...

Então, Sr. Presidente, estão invertendo os papéis neste País: quem é acusado é que tem que explicar que é inocente? É que tem que provar que é inocente? Então para a imprensa e para os líderes da Oposição vale a palavra de um cidadão que foi preso numa operação porque pegou dinheiro público e não prestou conta? Eu estou aqui, Sr. Presidente, com 11 processos contra esse cidadão: inquérito da Polícia Civil do DF na Operação Shaolin; ação penal na Justiça Federal; processo disciplinar na PM do DF; mais 7 processos da 1ª Vara Cível de Brasília, da 7ª Vara Cível de Brasília, da 8ª Vara Cível de Brasília, da 2ª Vara de Sobradinho, da Vara Criminal de Sobradinho, e ainda no 2º Juizado Especial Civil e Criminal e no Juizado de Violência contra a Mulher.



É a palavra desse cidadão que responde a 11 processos, que já foi preso e acionado pelo seu Ministério a ir à Polícia Federal para se explicar e a devolver 4 milhões — que ele vai ter que devolver — que a Oposição diz que vale mais do que a sua, Ministro? É esse cidadão que a imprensa escuta e diz que a palavra dele vale mais do que a sua?

Azar da mídia golpista, porque mexeu com o PCdoB agora, e o nosso partido não se furta a vir aqui fazer o debate, a dizer a verdade que tem que ser dita. O PCdoB, da mesma forma que encara o povo na sociedade, nos terminais urbanos, nos mercados, no Congresso Nacional, nas entrevistas na mídia, vem aqui também encarar a verdade com muita tranquilidade. Não podemos ter medo de vir aqui e ouvir o que tem que ser dito. Está aí o Ministro, que se expôs. O Ministro, desde sábado, está dizendo: *“Está aqui o meu sigilo bancário. Abram, mostrem as provas”*. Há 4 dias estamos pedindo para esse cidadão entregar as provas. Por que ele não vai à Polícia Federal e as entrega? Não interessa a ele, não interessa aos líderes da Oposição e não interessa a parte da mídia a verdade.

O que parte da mídia está querendo é atingir o Governo da Presidenta Dilma, derrubando mais um Ministro, com mentira, com jogo sujo, com baixaria. Mas o PCdoB vem aqui e o defende com muita tranquilidade, porque acreditamos em V.Exa., Ministro, toda a nossa bancada, toda a nossa militância e a sociedade. Parte dos meios de comunicação que começaram a divulgar esta audiência e a transmiti-la ao vivo percebeu que a verdade estava sendo colocada, e desligou os seus meios de comunicação.

É isto: a verdade não tem interessado. Agora se querem fazer carnaval, como a Oposição está querendo fazer com a mentira para derrubar o Ministro, terão que fazer o enfrentamento com a verdade, da forma como estamos fazendo.

Parabéns, Ministro, por vir aqui, por se dispor a estar correndo atrás da imprensa para se explicar e falar a verdade. A imprensa vai atrás de um cidadão — eu não sei que salário é esse que o Governo do DF paga para um policial, porque o homem tem uma mansão que vale mais de 4 milhões de reais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Para concluir, Deputada Perpétua.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas vale a verdade desse cidadão. A imprensa corre atrás desse cidadão para pegar a versão dele. Agora, V.Exa. que é Ministro e que tem sido verdadeiro é quem tem que correr atrás da imprensa. Então os papéis estão se invertendo neste País. Ele que vá à Polícia Federal e entregue as provas. Ele que mostre as provas que diz ter. E não vai mostrar prova nenhuma, não vai entregar prova nenhuma, porque não tem; se tivesse, já tinha entregue para aquela revista no dia em que fez aquela matéria mentirosa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço a V.Exa.

Dando continuidade à lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)* Ausente S.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra, por fim, ao Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, Sr. Ministro Orlando Silva, companheiros Parlamentares, como de resto, a Amazônia vai fechar este debate.

Sr. Ministro, eu não pertenço a esta Comissão, mas não poderia deixar de vir a esta audiência e dar o meu testemunho — Deputado Sampaio sabe muito bem disso — do seu trabalho sério, correto, competente, dinâmico à frente do Ministério do Esporte. Testemunho, na condição de ex-Presidente daquela Comissão, quando o Ministério apenas engatinhava, quando V.Exa. e o Ministério não tinham recursos. E V.Exa., de forma diligente, com sua competente equipe, soube trabalhar nas Comissões para que o Ministério se implantasse e se impusesse ao respeito da sociedade brasileira.

Ministro, ponha na sua cabeça uma frase popular que a minha mãe sempre dizia: *“Não se atira pedra em árvore que não dá fruto.”* V.Exa. está recebendo essas pedradas porque os frutos são saborosos. E haverão de vir muitos mais ainda com a Copa do Mundo e as Olimpíadas. No fundo, deve haver um trabalho sorrateiro para afastá-lo do Ministério, porque talvez não queiram um trabalho sério e competente, que vai colocar o Brasil mais uma vez no topo do esporte mundial, graças ao trabalho sério, competente e dinâmico seu e de sua equipe.



Ministro, eu não vou mais me alongar. V.Exa. sai daqui certamente gratificado e, mais do que isso, sai maior do que chegou, como já disseram antes, porque V.Exa. teve a coragem de vir aqui e de enfrentar toda essa pressão contra V.Exa. de frente, com altivez, com transparência, e o Ministério está aberto. Mas um princípio eu aprendi nos bancos da Faculdade de Direito, foi que o ônus da prova cabe a quem acusa, e que aquele que é acusado — no caso é o réu, porque V.Exa. não o é — milita em favor a presunção da inocência. Para mim, até prova em contrário, V.Exa. é inocente, e aos acusadores compete trazer as provas do que acusam.

Parabéns, Ministro, pelo seu dinamismo, pela sua coragem e sobretudo pela sua competência na gestão do Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não havendo mais oradores inscritos, agradeço a presença ao Sr. Ministro Orlando Silva.

Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de passar a palavra ao Ministro para que fizesse suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Questão de ordem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Peço que tanto a Presidência da Comissão de Desporto e Turismo como também a Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle encaminhem um expediente, um ofício à Polícia Federal registrando que, na data de hoje, esse indivíduo disse publicamente que se ausentou do depoimento na Polícia Federal porque estava doente. Ele compareceu a um outro órgão público, de uma forma muito à vontade, muito irônica, dizendo que ia trazer documentos que ajudariam na investigação, e não os trouxe.

Eu gostaria que ficasse registrado e que fosse encaminhado à Polícia Federal. Isso foi constatado, foi provado aqui, na nossa sala de audiência pública.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço a questão de ordem a V.Exa. Esta Comissão tomará providências no sentido de encaminhar a solicitação de V.Exa.

Gostaria de passar a palavra, para suas considerações finais, ao Ministro Orlando Silva.



O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Serei breve, apenas farei alguns registros. A Deputada Jô Moraes solicitou a disponibilidade de cópia de documentos que foram enviados à Polícia Federal do Distrito Federal. Vou enviar à direção das três Comissões que organizaram esta reunião a cópia desses expedientes.

A questão das entidades privadas, Deputada, evidentemente tem importância para a mobilização social, para a estruturação de políticas públicas. Inclusive a Presidenta Dilma instituiu um decreto com regras próprias para a relação entre o Governo e as entidades que deverão seguir contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. O Deputado Protógenes questiona a quantidade de convênios existentes. Hoje, exatamente 234 convênios; 27 convênios com entidades privadas, com ONGs; 186 com Prefeituras; 14 com Governos Estaduais e 5 com instituições federais — universidades e Forças Armadas.

A Deputada Alice Portugal questiona com relação à participação de parceiros do Ministério do Esporte. Não há evidentemente nenhum critério político, como a Deputada afirmou. Evidentemente, Deputada, concordo com a senhora. Não há nenhum critério político para a seleção dos parceiros do Segundo Tempo. Majoritariamente, parceiros públicos. Uma informação relevante. Cerca de 90% são parceiros públicos, o que não quer dizer que os 10% que são parceiros privados não mereçam fiscalização e acompanhamento duro, que é o que acontece de nossa parte. A Deputada vai me permitir não especular acerca de análise política que ela fez, assim como outros Parlamentares, como o Deputado Edson Santos.

Queria agradecer pura e simplesmente a manifestação de confiança, o que me dá mais responsabilidade, dos Deputados Vicente Candido, João Ananias, Renan Filho, Afonso Hamm, Carlos Sampaio e Edson Santos e das Deputadas Manuela d'Ávila e Perpétua Almeida.

Uma questão levantada pelo Deputado Izalci. O Deputado Izalci levantou uma série de questionamentos. Na verdade, uma análise que fez quanto à rejeição de contas da maioria dos convênios assinados com entidades do Distrito Federal. Primeiro, Deputado, quero dizer que há dois convênios em vigência no Distrito Federal com entidades privadas que devem ter o seu prazo de validade expirado até o final do ano. A rejeição das contas das entidades não é... Não há nenhuma perseguição, não há nenhum tipo de tratamento em demasia. Pura e simplesmente



diz respeito à análise de mérito do cumprimento do objeto do convênio e da análise contábil e financeira do cumprimento daquilo que foi estabelecido no plano de trabalho. Revela uma precariedade no conteúdo dos convênios e a responsabilização correspondente das entidades.

Então, é o princípio da impessoalidade que orienta a nossa atividade. Então, não há nenhum tipo de diferenciação por serem entidades de Brasília. Evidentemente que o senhor levantou uma série de questões, fez uma análise, na verdade, quanto aos convênios de Brasília. O que posso fazer é ofertar todas as informações para que o senhor possa processar, examinar, analisar e se posicionar acerca desse tema. Quanto ao requerimento oferecido ao Ministério da Justiça, fico à disposição para receber cópia desse requerimento e eventualmente examinar se algo pode ser feito para colaborar com seu esforço de análise de procedimentos em Brasília. Peço permissão para me abster da análise política que o senhor fez acerca de gestores públicos no Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Ministro, só uma observação, para reforçar o que eu disse. Sr. Ministro, saiu uma nota agora sobre essa questão no Senado, dizendo que, quando indagaram João Dias sobre essa questão de Brasília, da participação do Governador, ele se negou a falar com relação ao Governador. Por isso que eu digo que é importante analisar essa questão.

O SR. MINISTRO ORLANDO SILVA - Agradeço. É uma última questão. Eu queria apenas, Presidente Renan Filho, agradecer mais uma vez às Comissões desta Casa, agradecer a todos os Parlamentares que permaneceram até o final dessa sessão, os Parlamentares de todos os partidos indistintamente que se manifestaram, que acompanharam a reunião, Parlamentares da base e da Oposição. E dizer apenas mais uma vez, insisto: foi feita uma matéria, uma reportagem; foi feita uma chamada de capa; foi feita uma falsificação da realidade, uma afirmação que me envolvia diretamente, dizendo que um Ministro de Estado teria recebido recursos públicos desviados. Eu nego peremptoriamente essa acusação. E insisto: não há, não houve e não haverá qualquer tipo de prova dessa denúncia gravíssima que infelizmente macula a minha honra, que vou defender até as últimas consequências.



Então, quero fazer claramente esse registro, assim como repudio a informação de que haja esquema de caixa dois para beneficiar partido político a partir do Ministério do Esporte. São as duas denúncias que eu rechaço veementemente nessa tarde.

Muito obrigado pela oportunidade e boa noite para todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço a presença ao Ministro Orlando Silva. Informo que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal convida os membros da Comissão para a audiência, também com o Ministro do Esporte, amanhã, quarta-feira, 19 de outubro, no plenário da Ala Senador Alexandre Costa, às 14 horas. Informo que haverá reunião ordinária deliberativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle amanhã, quarta-feira.

Está encerrada a reunião.